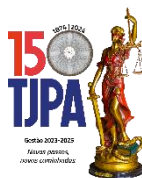




PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça
do Estado do Pará



SERVIÇO DE LICITAÇÕES

DA SECRETARIA
DE ADMINISTRAÇÃO

TJPA – EDITAL DO PE 016/2026 (90016/2026) –

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de jardinagem, conservação e manutenção de áreas verdes, englobando atividades como poda, roçagem e outros, incluindo fornecimento de materiais de consumo, insumos, equipamentos e maquinários para execução dos serviços para atender as necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA.

SEI - 0020136-96.2025.8.14.0900

Para participar, é essencial conhecer os normativos internos do TJPA.

INSTRUÇÕES
NORMATIVAS
TJPA



Endereço do Serviço de Licitações:

Av. Almirante Barroso, corredor principal, sala T 123.

Retire o edital e acompanhe esta licitação
e seus atos, via www.comprasnet.gov.br



CONTATO

licitacao@tjpa.jus.br
(91) 3205-3257

← Portal de
Licitações do
TJPA



**SERVIÇO DE
LICITAÇÕES**
DA SECRETARIA
DE ADMINISTRAÇÃO

VITRINE – MURAL



OBJETO E DATA DE ABERTURA

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de jardinagem, conservação e manutenção de áreas verdes, englobando atividades como poda, roçagem e outros, incluindo fornecimento de materiais de consumo, insumos, equipamentos e maquinários para execução dos serviços para atender as necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA.

DATA DE ABERTURA: 04/05/2026

HORÁRIO: 09:00

LOCAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>



CRITÉRIO PARA LANCE, TIPO E MODO DE DISPUTA

CRITÉRIO PARA LANCE: Menor
Preço

TIPO: Menor Preço

MODO DE DISPUTA: Aberto



NÚMERO DO PROCESSO E CÓDIGO UASG

TJPA- SEI 0020136-
96.2025.8.14.0900
UASG: 925942



PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA

PRAZO: 24 horas após
solicitação do agente de
contratação



VALOR ESTIMADO

VALOR GLOBAL DO CERTAME:
R\$ 2.335.800,25



LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

[] SIM [X] NÃO



REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

JURÍDICA: Item 8.19

FISCAL e TRABALHISTA:
Item 8.20

ECONÔMICA: Item 8.21

TÉCNICA: Item 8.22



PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

PRAZO: Até às 23h59min
do dia 28/04/2026

FORMA: via email:
licitacao@tjpa.jus.br



INFORMAÇÕES GERAIS

A contratação envolverá postos de serviços: jardineiros e auxiliares sob regime de mão de obra exclusiva.

Sumário

1. PREÂMBULO.....	4
2. DO OBJETO	5
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	6
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	9
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	12
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	13
7. DA FASE DE JULGAMENTO	18
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	22
9. DOS RECURSOS.....	27
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	28
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	31
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	32



1. PREÂMBULO

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ –TJPA, CNPJ nº. 04.567.897/0001-90, por intermédio da pessoa designada como Agente de Contratação, nos termos da Portaria nº. 004/2025-SA publicada na edição do Diário Oficial do Estado de 02 de setembro de 2025, torna público, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa nº 001/2023/TJPA de 15 de setembro de 2023, da Instrução Normativa nº 002/2024/TJPA de 17 de maio de 2024, da Portaria nº 016/2023 – SA/TJPA e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:** Observado o prazo legal, as empresas interessadas poderão formular consultas pelo e-mail: licitacao@tjpa.jus.br, informando sempre o número do pregão e seu objeto.

1.2. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema obedecerão rigorosamente ao horário de Brasília/DF.

FONTE DE RECURSOS:

Item	Und.	Número	Produto	Fornecedor	Quant.	Preço	Total Item
1	UNID	14822	JARDINEIRO-BELÉM E REGIÃO METROPOLITANA		1,00	1.438.899,60	1.438.899,60
2	UNID	14823	AUX. SERVIÇOS GERAIS-BELÉM E REGIÃO METROPOLITANA		1,00	478.512,48	478.512,48
3	M²	14113	SERVIÇOS DE PODA DE GRANDE PORTE - RMB		1,00	90.674,00	90.674,00
4	M²	14114	SERVIÇOS DE PODA DE ACEIRO - RMB		1,00	16.600,00	16.600,00
5	UNID	14822	JARDINEIRO-UNIDADE MARABÁ		1,00	299.779,92	299.779,92
6	M²	14113	SERVIÇOS DE PODA DE GRANDE PORTE - RMB-UNIDADE MARABÁ		1,00	11.334,25	11.334,25
Valor Total do Pedido							2.335.800,25

1.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.



2. DO OBJETO

2.1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de jardinagem, conservação e manutenção de áreas verdes, englobando atividades como poda, roçagem e outros, incluindo fornecimento de materiais de consumo, insumos, equipamentos e maquinários necessários e adequados para a sua execução, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência, para atender as necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA.

2.1.2. A licitação será realizada em 02 (dois) lotes, formados por itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para cada item que o compõem.

2.1.3. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras do Governo Federal e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as últimas.



3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Não haverá participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior, se for o caso de participação exclusiva, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei 14.133, 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015, se for o caso.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.4.1. tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

3.7.4.2. estejam impedidas de licitar e contratar com o Estado, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

3.7.4.3. tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

3.7.5. constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.7.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.9. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício

do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. A vedação de que trata o item 3.7.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 8.12.1 deste Edital.
- 4.4.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.5.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.6.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.7.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.8.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.9.** O Tribunal de Justiça do Estado do Pará adota a política de preenchimento mínimo obrigatório de cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, de acordo com o art. 93 da Lei nº 8213/1991. A comprovação será realizada mediante consulta à certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
- 4.10.** Da análise da documentação apresentada, poderão ser identificadas as seguintes situações:
- 4.11.** Caso seja comprovado o cumprimento das exigências legais, o licitante será considerado habilitado para prosseguir no certame.

- 4.12.** Na hipótese de descumprimento ou ausência da comprovação, o Tribunal de Justiça notificará o licitante para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, mediante justificativa e a critério da administração, apresente a Certidão atualizada que demonstre a regularidade no cumprimento da reserva de cargos.
- 4.13.** O não atendimento ao disposto no item 4.12 no prazo estabelecido implicará a inabilitação do licitante, conforme previsão contida na legislação vigente.
- 4.14.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, quando for caso.
- 4.15.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 4.16.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item, quando for o caso.
- 4.17.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.18.** A falsidade de qualquer declaração ou documento sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.19.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.20.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.21.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.22.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.23.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

- 4.24.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.25.** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.26.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.27.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.28.** O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.25 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.29.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.30.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Termo de Referência.



6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,25% (vinte e cinco centésimos por cento)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, quando for o caso.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16. No caso de desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.2. A licitante melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele

intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, nos termos indicados na IN nº 01/2023 – PJPA, publicada em 15 de setembro de 2023.

6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.2.1. empresas estabelecidas no Estado do Pará;

6.20.2.2. empresas brasileiras;

6.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20.3. Caso persista o empate, o desempate se dará por sorteio.

6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão e serão observados os preços unitários máximos constantes do Anexo I – Termo de Referência como critério de aceitabilidade.

6.22. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de finalizado o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o agente de contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o agente de contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5.1 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

- 7.7.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.7.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8.** O agente de contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo I).
- 7.8.1.** O agente de contratação poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.
- 7.8.2.** Havendo falhas na proposta, o agente de contratação deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.8.3.** Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o agente de contratação deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta.
- 7.9.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.9.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do agente de contratação, que comprove:
- 7.9.2.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.9.3.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.10.** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.10.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.10.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 7.10.3.** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo agente de contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o agente de contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.



8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outro meio admitido pela administração.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Pará adota a política de preenchimento mínimo obrigatório de cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, de acordo com o item 4.8 e seguintes do presente instrumento convocatório.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12. A verificação pelo agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que **não** estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, preferencialmente em **PDF e arquivo único**, no prazo de, no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação.

8.12.2. **É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de finalizado o prazo.**

8.12.3. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e documentos que deixaram de ser apresentados, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. A condição para aceitação de documentos novos é a inequívoca demonstração de fatos existentes à época da abertura do certame.

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 6.22.4.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.19. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, nos termos do item 5.11 do Termo de Referência.

8.20. Habilitação jurídica:

8.20.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.20.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.20.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.20.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.20.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.20.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.20.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.20.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.21. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.21.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.21.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.21.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.21.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.21.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21.6. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual/Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. Qualificação Econômico-Financeira:

8.22.1. Conforme subitem 14.8.2. do Termo de Referência – Anexo I do edital.

8.23. Qualificação Técnica:

8.23.1. Conforme Item 14.8.1. do Termo de Referência – Anexo I do edital.

8.24. O(A) agente de contratação deverá diligenciar para esclarecer ou complementar a instrução processual, inclusive com a inclusão de documentos novos que venham a comprovar condição preexistente à abertura da sessão pública do certame.

8.24.1. A diligência se aplica tanto a documentos que deixaram de ser apresentados quanto a documentos que foram apresentados com data de validade expirado.

8.24.2. Não serão aceitos documentos novos sem a devida constatação da pré-existência de condição ao tempo da abertura da licitação.

8.24.3. A condição para aceitação de documentos novos é a inequívoca demonstração de fatos existentes à época da abertura do certame.

8.25. A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 8.25 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.26. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 8.24, o agente de contratação, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

8.27. O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 02 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo agente de contratação a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

8.27.1. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de finalizado o prazo.

8.28. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo agente de contratação, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

8.29. O TJPA possibilitará 01 (uma) oportunidade para que o licitante inclua documento novo que comprove condição pré-existente.



9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 20 (vinte) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

10.1.5. fraudar a licitação.

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. Advertência:

10.2.2. Multa:

10.2.3. Impedimento de licitar e contratar:

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade:

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. As multas serão estabelecidas conforme especificado no item 30 do Termo de Referência e recolhidas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1, 10.1.1 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1, 10.1.1 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela

Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades cabíveis.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



11.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **por meio do seguinte endereço eletrônico:** licitacao@tjpa.jus.br .

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.3.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12.4.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.5.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.6.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.7.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.8.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 12.9.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Coordenadoria-de-Convenios-e-Contratos/409290-licitacoes.xhtml>.
- 12.10.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 12.10.1.** ANEXO I - Termo de Referência e seus anexos
- 12.10.2.** ANEXO II – Minuta do Termo de Contrato

Belém/PA, 14 de abril de 2026.

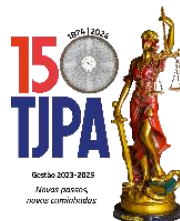
MAURÍCIO CRISPINO GOMES

Secretário de Administração



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça
do Estado do Pará



TERMO DE REFERÊNCIA

DISEG – DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

Nº 14 – VERSÃO 01

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de jardinagem, conservação e manutenção de áreas verdes, incluindo mão de obra sob regime de dedicação exclusiva e englobando atividades como poda, roçagem e outros, inclusive fornecimento de materiais de consumo, insumos, equipamentos e maquinários necessários e adequados para a sua execução, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência, para atender as necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA

SEI 0020136-96.2025.8.14.0900

Versão 01



**MANUAL DAS
CONTRATAÇÕES**

**PLANO ANUAL
DE
CONTRATAÇÕES**

TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO
ESTADO DO
PARÁ



**INSTRUÇÃO
NORMATIVA
Nº 001 / 2023 TJPA**

FASE DE
PLANEJAMENTO
DA
CONTRATAÇÃO



**INSTRUÇÃO
NORMATIVA
Nº 002 / 2024 TJPA**

FASE DE
SELEÇÃO DO
FORNECEDOR



1. DEFINIÇÃO E NATUREZA DO OBJETO – art. 30, §1º, inciso I da IN nº 01/2023

1.1. Da definição

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de jardinagem, conservação e manutenção de áreas verdes, incluindo mão de obra sob regime de dedicação exclusiva e englobando atividades como poda, roçagem e outros, inclusive fornecimento de materiais de consumo, insumos, equipamentos e maquinários necessários e adequados para a sua execução, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência, para atender as necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, por um período de 24 (vinte e quatro) meses.

1.2. Da natureza – Escolher uma das opções abaixo:

☐ Fornecimento / Aquisição de bens

☒ Contratação de serviços

☒ Natureza contínua com mão de obra exclusiva

☒ Natureza contínua sem mão de obra exclusiva

☐ Natureza não contínua

☐ Contratação de serviços de arquitetura/engenharia

Justificativa: A contratação envolverá, de um lado, postos de serviços: jardineiros e auxiliares sob regime de mão de obra exclusiva; e, de outro, regime sob demanda que atenderá locais específicos, com equipes itinerantes, de acordo com os locais consignados no item 8.1.1.

1.3. O objeto é especificado como bem "de luxo"? - Portaria nº 2.029/2023-GP (TJPA)

☒ Não

☐ Sim – Justificativa:

2. INDICAÇÃO DAS QUANTIDADES - art. 30, §1º, inciso II da IN nº 01/2023

LOTE 1 - BELÉM (RMB)							
SEÇÃO A – POSTOS DE MÃO DE OBRA (DEDICAÇÃO CONTÍNUA)							
BELÉM RMB							
ITEM	DESCRIÇÃO	FUNÇÃO/POSTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO DO POSTO (R\$)	VALOR TOTAL MENSAL (R\$)	VALOR P/ 12 MESES (R\$)	VALOR P/ 24 MESES (R\$)
1	Serviços permanentes de manutenção e conservação de áreas verdes, incluindo poda de arbustos e árvores de pequeno porte, corte e aparo de grama, roçagem mecanizada, capina manual, irrigação, adubação, limpeza de canteiros, plantio	JARDINEIRO	5	R\$ 11.990,83	R\$ 59.954,15	R\$ 719.449,80	R\$ 1.438.899,60

	e replantio de mudas ornamentais, controle de pragas e ervas daninhas, recolhimento e destinação de resíduos vegetais e manutenção paisagística						
2	Apoio aos serviços de jardinagem: limpeza de jardins, recolhimento de folhas e galhos, transporte de ferramentas, irrigação manual, preparo do solo para plantio, apoio na adubação e suporte às atividades executadas pelo jardineiro	AUX. SERVIÇOS GERAIS	2	R\$ 9.969,01	R\$ 19.938,02	R\$ 239.256,24	R\$ 478.512,48
VALOR TOTAL - POSTOS DE MÃO DE OBRA (DEDICAÇÃO CONTÍNUA)					R\$ 79.892,17	R\$ 958.706,04	R\$ 1.917.412,08
SEÇÃO B – SERVIÇOS DE JARDINAGEM (EXECUÇÃO SOB DEMANDA)							
ITEM	SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)		
1	Serviços de Poda com a retirada e destinação de resíduos	m³	200	R\$ 453,37	R\$ 90.674,00		
2	Serviços de Aceiro com a retirada e destinação de resíduos	m²	2000	R\$ 8,30	R\$ 16.600,00		
VALOR TOTAL - SERVIÇOS DE JARDINAGEM (EXECUÇÃO SOB DEMANDA)						R\$ 107.274,00	

Nota: Os locais onde serão executados os serviços contínuos e por demanda estão detalhados no item 8.1.1.

LOTE 2 - MARABÁ							
SEÇÃO A – POSTOS DE MÃO DE OBRA (DEDICAÇÃO CONTÍNUA)							
MARABÁ							
ITEM	DESCRIÇÃO	FUNÇÃO/POSTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO DO POSTO (R\$)	VALOR TOTAL MENSAL (R\$)	VALOR P/ 12 MESES (R\$)	VALOR P/ 24 MESES (R\$)
1	Serviços permanentes de manutenção e conservação de áreas verdes, incluindo poda de arbustos e árvores de pequeno porte, corte e aparo de grama, roçagem mecanizada, capina manual, irrigação, adubação, limpeza de canteiros, plantio e replantio de mudas ornamentais, controle de pragas e ervas daninhas, recolhimento e destinação de resíduos vegetais e	JARDINEIRO	1	R\$ 12.490,83	R\$ 12.490,83	R\$ 149.889,96	R\$ 299.779,92

	manutenção paisagística						
VALOR TOTAL - POSTOS DE MÃO DE OBRA (DEDICAÇÃO CONTÍNUA)				R\$ 12.490,83	R\$ 149.889,96	R\$ 299.779,92	
SEÇÃO B – SERVIÇOS DE JARDINAGEM (EXECUÇÃO SOB DEMANDA)							
ITEM	SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)		
1	Serviços de Poda com a retirada e destinação de resíduos	m³	25	R\$ 453,37	R\$ 11.334,25		
VALOR TOTAL - SERVIÇOS DE JARDINAGEM (EXECUÇÃO SOB DEMANDA)						R\$ 11.334,25	

Nota: Os locais onde serão executados os serviços contínuos e por demanda estão detalhados no item 8.1.1.

Os quantitativos estabelecidos para a presente contratação resultam do levantamento técnico realizado pela Divisão de Serviços Gerais (DISEG), considerando a área total de cobertura e a demanda recorrente de manutenção nas unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, situadas em Belém, Região Metropolitana e Marabá. Para maiores detalhes sobre os locais e quantitativos a serem cobertos, verificar as tabelas contidas no item 8.1.1 deste Termo de Referência.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1º, inciso III da IN nº 01/2023

3.1. Fundamentação:

A necessidade da presente contratação decorre da impossibilidade de prorrogação do contrato vigente (nº 017/2024), cujo objeto é a prestação de serviços de jardinagem, conservação e manutenção de áreas verdes nas unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Pará localizadas em Belém, região metropolitana e a Comarca de Marabá. Tal impossibilidade decorre do fato de que o valor contratual atual se encontra inferior aos preços praticados no mercado, o que inviabiliza sua atualização via reajuste contratual, comprometendo a viabilidade econômica e a sustentabilidade do vínculo contratual.

Adicionalmente, identificou-se que o referido contrato não contempla a alocação de mão de obra exclusiva em unidades de grande relevância e demanda contínua por serviços de manutenção, tais como: o Prédio Sede (Palácio da Justiça Lauro Sodré), o Fórum Cível de Belém e a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC). Essa lacuna tem gerado atrasos, deslocamentos frequentes da equipe e prejuízo à eficiência e à regularidade dos serviços prestados.

Dessa forma, a nova contratação se mostra imprescindível para garantir a continuidade e a melhoria dos serviços de jardinagem, com cobertura adequada de pessoal, alocação estratégica da mão de obra e atualização dos valores contratuais, observando os princípios da eficiência, continuidade do serviço público e interesse público.

Além disso, a contratação contribuirá para a adequada preservação e valorização das áreas verdes das unidades do TJPA, promovendo um ambiente institucional mais saudável, seguro e esteticamente adequado ao atendimento de magistrados, servidores, jurisdicionados e visitantes.

Assim, a contratação de empresa especializada para os serviços de jardinagem do Tribunal de Justiça do Estado do Pará justifica-se pela necessidade premente de garantir a preservação do patrimônio público e a manutenção das condições de salubridade e estética das áreas verdes das suas diversas unidades. O modelo de execução proposto baseia-se na eficiência operacional e na racionalização dos recursos públicos, estruturando-se

através de uma lógica híbrida que combina postos de trabalho fixos, equipes volantes e serviços por demanda.

Esta estratégia fundamenta-se, primeiramente, na concentração da demanda em unidades estratégicas, como o Prédio Sede, o Fórum Cível de Belém e a SETIC, locais que, pela sua relevância institucional e extensão de áreas verdes, exigem a presença ininterrupta de profissionais para assegurar a continuidade do serviço e a imediata resposta a intercorrências, o que não estava ocorrendo com o modelo anterior de contratação.

Simultaneamente, a adoção de equipes volantes para as unidades de menor porte permite a otimização de custos e a observância do princípio da economicidade, uma vez que evita a manutenção de postos fixos ociosos em locais onde a demanda é apenas periódica. Tal estrutura visa diretamente a redução de atrasos e a eliminação de deslocamentos ineficientes, corrigindo falhas de contratos anteriores onde a ausência de pessoal fixo nas sedes principais comprometia a agilidade do atendimento.

Além disso, o modelo confere flexibilidade para a execução de serviços por demanda, como aceiro e poda de grande porte, que possuem natureza sazonal e devem ser mensurados por produtividade (metros quadrados ou cúbicos), garantindo que o Tribunal remunere apenas o que for efetivamente executado.

Por fim, a contratação demonstrada é a solução que melhor atende ao interesse público, pois harmoniza a necessidade de alta disponibilidade nas unidades de grande porte com a racionalização dos recursos nas unidades descentralizadas. A segregação clara entre a remuneração por postos de trabalho (para as equipes fixas e itinerantes) e por metros (para os serviços por demanda) confere a necessária segurança jurídica e transparência ao processo de medição e fiscalização contratual. Ao adotar este formato, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará assegura um modelo de gestão de facilidades moderno, resiliente e pautado na eficiência técnica e financeira, garantindo que o ambiente judiciário permaneça adequado ao exercício de suas funções fundamentais e entregue ao jurisdicionado um melhor serviço.

3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Contratações 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PAC no PNCP:	Data de publicação no PNCP:	Código da contratação no PAC:	Classe/Grupo:
		SEADM18A26	

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO - art. 30, §1º, inciso IV da IN nº 01/2023

A solução definida para atender à demanda do Tribunal de Justiça do Estado do Pará consiste na contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de jardinagem, conservação e manutenção de áreas verdes, com dedicação exclusiva de mão de obra, por meio de lotes geográficos, abrangendo separadamente as unidades situadas em Belém e Região Metropolitana e em Marabá.

A empresa contratada será responsável pela execução contínua dos serviços de manutenção paisagística e de roçagem mecanizada, bem como pela realização, por demanda, de serviços de aceiro e de poda, nos quantitativos previamente levantados no Estudo Técnico Preliminar.

A prestação dos serviços deverá observar os seguintes parâmetros:

4.1 Fornecimento de insumos e equipamentos:

- Caberá à contratada o fornecimento de todos os equipamentos, ferramentas, máquinas, veículos e demais insumos necessários e indispensáveis à execução adequada dos serviços, em perfeitas condições de uso e segurança.
- Incluem-se, ainda, os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs), garantindo a saúde e a segurança dos trabalhadores.

4.2 Mão de obra com dedicação exclusiva:

- A execução dos serviços deverá ser realizada por profissionais contratados sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, devidamente dimensionados conforme as necessidades de cada lote.
- A contratada deverá manter equipes fixas nas unidades estratégicas definidas para Belém e Região Metropolitana, assegurando agilidade e regularidade na execução das atividades.
- Para Marabá, a contratada deverá dispor de equipe fixa própria e estruturada localmente, de modo a garantir o cumprimento tempestivo e contínuo do contrato.

4.3 Serviços contínuos e por demanda:

- Os serviços de manutenção e conservação de áreas ajardinadas e de roçagem mecanizada serão executados de forma contínua e regular, conforme cronograma a ser aprovado pela Administração.
- Os serviços de aceiro e de poda serão realizados por demanda, mediante solicitação formal da fiscalização do contrato, devendo a contratada mobilizar recursos em prazo compatível com a necessidade apresentada.

4.4 Padrões de qualidade e sustentabilidade:

- A contratada deverá empregar técnicas de jardinagem sustentáveis, priorizando práticas que reduzam impactos ambientais e assegurem a destinação ambientalmente adequada dos resíduos orgânicos e inorgânicos gerados.
- A execução deverá atender aos padrões de qualidade exigidos pela Administração, preservando a estética, a segurança e a salubridade das áreas verdes institucionais.

4.5 Fiscalização e controle:

- A contratada deverá disponibilizar relatórios periódicos de execução, contendo a descrição das atividades realizadas, áreas atendidas, quantitativos executados e eventuais ocorrências relevantes.
- A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidores designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Com esta configuração, a solução garante a adequada cobertura das áreas verdes do TJPA em Belém e Região Metropolitana e em Marabá, assegurando a continuidade dos serviços, a eficiência na execução, a economicidade e o atendimento ao interesse público.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1º, inciso V da IN nº 01/2023

A execução do objeto deverá observar rigorosamente os seguintes requisitos, indispensáveis para a garantia da qualidade, segurança e sustentabilidade dos serviços:

5.1 Regime de Execução e Mão de Obra

- **Dedicação Exclusiva:** Os serviços serão prestados sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, devendo a CONTRATADA disponibilizar profissionais devidamente uniformizados e identificados (crachá), conforme as categorias profissionais indicadas na Convenção Coletiva da categoria, nas seguintes unidades estratégicas de grande fluxo, a fim de garantir atendimento contínuo:
 - a) Prédio Sede (Palácio da Justiça Lauro Sodré);
 - b) Fórum Cível de Belém;
 - c) Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC).
- **Equipes Volantes e Locais:**
 - a) Para as demais unidades do Lote 1 – Belém e Região Metropolitana, a equipe deverá ser dimensionada para atendimento ágil via deslocamento. Igualmente, a equipe deverá contar com profissionais devidamente uniformizados e identificados (crachá). Todos os custos logísticos relativos a tais serviços deverão ser de integral responsabilidade da contratada. Ademais, os locais que necessitarão de atendimento constam no item 8.1.1.
 - b) Para o Lote 2 - Marabá, a empresa deve possuir estrutura local com equipe fixa no município para evitar custos excessivos de deslocamento e garantir a tempestividade do atendimento.
- **Qualificação Técnica:** A CONTRATADA deve assegurar que os seus profissionais possuam capacitação técnica adequada para o manuseio de ferramentas, máquinas e aplicação de insumos.

5.2 Materiais, Equipamentos e Insumos

- **Fornecimento Integral:** Caberá à CONTRATADA o fornecimento de todos os insumos, máquinas, ferramentas, veículos, combustíveis e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços.
- **EPIs e EPCs:** É obrigatório o fornecimento e a fiscalização do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e coletiva (EPCs) adequados aos riscos da atividade (ex: óculos de proteção, luvas, botas, protetores auriculares), em conformidade com as Normas Regulamentadoras (NRs) vigentes.
- **Manutenção do Maquinário:** Os equipamentos motorizados (roçadeiras, sopradores, podadores) devem ser modernos e mantidos em perfeito estado de conservação para minimizar a emissão de ruídos e poluentes atmosféricos.

5.3 Metodologia de Execução

- **Serviços Permanentes vs. Por Demanda:**
 - a) A manutenção de áreas ajardinadas e roçagem mecanizada deve ser permanente e contínua, seguindo cronograma aprovado pela fiscalização.
 - b) Os serviços de aceiro e poda serão executados por demanda, mediante solicitação formal pela Fiscalização do contrato, devendo a contratada mobilizar os recursos necessários dentro do prazo estipulado contratualmente.
- **Horários:** A execução dos serviços, especialmente os que geram ruído, deve ser planejada para horários que minimizem o impacto nas atividades jurisdicionais, preferencialmente no início da manhã ou final da tarde, o que também favorece a irrigação racional.

5.4. Da sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

[X] **Financeira:** Previsão de tratamento diferenciado e preferencial para Microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

[X] **Ambiental:** Na execução dos serviços, objeto dessa contratação, a CONTRATADA deverá selecionar materiais com baixo impacto ambiental, reciclados ou recicláveis, com otimização dos produtos ou das técnicas, de forma a obter maior eficiência no uso de energia e menor desperdício de materiais, devendo adotar, na execução dos serviços, práticas de sustentabilidade ambiental, de descarte adequado de resíduos recicláveis e de processos de reutilização, que deverá observar as boas práticas estabelecidas pelo Plano de Logística Sustentável da CONTRATANTE.

[X] **Social:** Vedação de possuir no quadro de funcionários, empregados menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. Deve ser observada a política de empregabilidade de reabilitados e portadores de deficiência, conforme art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e art. 10 da Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Assim, em observância ao princípio da função social do contrato e em estrito cumprimento à Portaria nº 517/2025-GP do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, esta contratação incorpora critérios de sustentabilidade social visando à ressocialização e inclusão produtiva. Para tanto, a empresa contratada deverá reservar o percentual de 4% por cento das vagas, consoante o art. 1º, §2º, inciso I, da portaria supramencionada que diz: “*quatro por cento das vagas, quando a execução do contrato **demandar cinquenta ou menos funcionários***” destinadas à execução dos serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para pessoas egressas do sistema penitenciário e/ou cumpridores de medidas alternativas.

Esta reserva incidirá sobre o total de postos fixos de mão de obra. Não obstante, o número de vagas reservadas deve ser factível dentro do cenário a ser atendido pela presente contratação que prevê um número baixo de funcionários, demandando uma cifra bem inferior a cinquenta colaboradores. **Conclui-se que, considerando o disposto no art. 1º, §3º, da Portaria nº 517/2025-GP que assim dispõe: “Quando o resultado apurado resultar em número fracionário inferior a 1 (um), o valor será desconsiderado e fixado em 0 (zero)” restando, portanto, prejudicada a sua aplicação.**

Quanto à inclusão de Pessoas com Deficiência (PCD), a empresa contratada deverá observar o disposto no **art. 93 da Lei nº 8.213/1991**, que estabelece a obrigatoriedade de preenchimento de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência habilitadas, caso a empresa possua 100 (cem) ou mais empregados, devendo a mesma, portanto, possuir no mínimo 100 funcionários para garantir a aplicabilidade desta norma.

No que tange à reserva de vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade econômico-social, prevista na Portaria nº 513/2025-GP e na Resolução CNJ nº 497/2023, deixa-se de aplicar a obrigatoriedade do percentual de reserva para a presente contratação com fulcro no **art. 2º, §3º da Portaria nº 513/2025-GP**.

5.5. Indicação de marcas ou modelos - art. 41, inciso I da Lei nº 14.133/2021

(X) NÃO SE APLICA

5.6. Da vedação de contratação de marca ou produto

(X) NÃO SE APLICA

5.7. Da exigência de amostra

(X) NÃO SE APLICA

5.8. Da exigência de carta de solidariedade

(X) NÃO SE APLICA

5.9. Da subcontratação – art. 54, da IN nº 02/2024

(X) Não será admitida a subcontratação.

() Será admitida a subcontratação do objeto.

() Será admitida a subcontratação de parte do objeto.

5.10. Da garantia da fase de seleção do fornecedor

(X) NÃO SE APLICA

5.10.1. Garantia para participação da licitação

(X) NÃO SE APLICA

5.10.2. Garantia adicional – para os casos de pagamento antecipado

(X) NÃO SE APLICA

5.10.3. Garantia de Execução Contratual

A CONTRATADA deverá prestar garantia no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, nas seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

Tratando-se de Seguro-Garantia será dado o prazo mínimo de 1 (um) mês contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

A CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária qualquer das modalidades previstas neste item.

Os riscos a serem cobertos são:

- 1) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas por culpa da CONTRATADA, assegurados ampla defesa e contraditório.

2) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

A garantia contratual prestada pela contratada deverá ser atualizada sempre que houver atualização do valor do contrato, havendo ou não prorrogação contratual.

O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5.10.4. Garantia de Responsabilidade Civil

A Garantia deverá contemplar a cobertura de riscos, independentemente da modalidade adotada, incluindo os prejuízos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato.

A garantia de responsabilidade civil obedecerá às mesmas regras elencadas no item 5.10.3. O prazo de validade da garantia será do início do Contrato até 90 (noventa) dias após o seu encerramento, conforme art. 8, VI, do Decreto 9.507/2018.

5.11. Da Vistoria

Visando oferecer melhores condições às licitantes interessadas para a elaboração de suas propostas financeiras é facultada a visita técnica aos locais dos serviços, para que possam tomar conhecimento de todos os aspectos que influenciem direta ou indiretamente na execução dos serviços.

A visita poderá ser efetuada até a véspera da sessão de abertura do certame, no horário de 8 às 14 horas, conforme agendamento a ser realizado junto à Divisão de Serviços Gerais, através dos e-mails enio.reboucas@tpa.jus.br e helton.rocha@tpa.jus.br.

Serão disponibilizados datas e horários diferentes para os eventuais interessados.

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

Caso o licitante opte por **não realizar a vistoria**, deverá prestar **declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação** (anexo I).

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

No Anexo I, consta o modelo de declaração de pleno conhecimento a ser preenchido pelas licitantes.

5.9 Dos requisitos gerais dos postos

Da remuneração

- a) A remuneração dos profissionais, bem como os demais benefícios, não poderá ser inferior aos estabelecidos em Sentença Normativa, Lei, Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva de Trabalho a qual esteja vinculada a atividade econômica preponderante da Contratada.
- b) Para a presente contratação não serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços (PCFP) vencimento base inferior ao orçado pela Administração para o item de salário, que terá como paradigma a Convenção Coletiva de Mão de Obra da Categoria, que estiver em vigor na data da abertura do procedimento licitatório, devendo-se observar, ainda, o que foi estabelecido pelo Acórdão nº 1207/2024, de 19/06/2024, proferido pelo Plenário do Tribunal de Contas

da União¹. Para os cargos constantes neste Termo de Referência, foi utilizada, como parâmetro técnico e estimativo, a Convenção Coletiva de Trabalho registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob o nº PA000133/2025, celebrada pelo Sindicato das Empresas de Serviços Terceirizáveis, Trabalho Temporário, Limpeza e Conservação Ambiental do Estado do Pará – SEAC e o Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Asseio, Conservação, Higiene, Limpeza e Similares do Estado do Pará – SINELPA, vigente até 31 de dezembro de 2026.

- c) Eventuais diferenças decorrentes da vigência de novas Convenções Coletivas de Trabalho para o exercício de 2026 deverão ser tratadas após a assinatura do instrumento contratual, mediante solicitação formal de repactuação de preços, observados os requisitos legais, contratuais e normativos aplicáveis.
- d) Conforme o disposto na alínea "b", item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG nº 05/2017 e em razão da súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, o pagamento dos salários dos empregados pela empresa contratada deverá ser feito por depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços;
- e) O depósito do salário e demais verbas remuneratórias deverá ocorrer até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.
- f) O atraso no pagamento dos salários, décimo terceiro e férias e demais benefícios trabalhistas, além de ensejar a aplicação das penalidades administrativas previstas neste termo de referência, poderá ensejar no pagamento das multas previstas na Convenção Coletiva de Trabalho vinculada à proposta, em favor do empregado.
- g) A CONTRATADA deverá apresentar comprovante de pagamento dos salários, no qual deverá constar todas as rubricas pagas e descontos efetuados, devidamente autorizado pelo trabalhador, após o efetivo crédito em conta do pagamento (data em que o crédito for efetuado na conta do empregado).

Do auxílio transporte

- a) Para fins de composição de custos e formação de preços do vale-transporte, deverão ser considerados os valores praticados nas cidades de Belém/PA e Marabá/PA, observando-se o município correspondente em cada item.
- b) Desde que solicitado por escrito pelo interessado e, satisfeitas as exigências previstas na legislação pertinente em vigor, a CONTRATADA deverá fornecer vale-transporte a todos os seus trabalhadores, nos dias efetivamente trabalhados, para deslocamentos residência – trabalho – residência.
- c) Para os trabalhadores beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei.

Do auxílio alimentação

¹ "28. Desse modo, acolhendo a essência da sugestão da unidade, proponho que o Tribunal estabeleça que, nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, é lícito prever que somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços (PCFP) o valor igual ou superior ao valor orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação, admitidos também, a critério da Administração, outros benefícios de natureza social considerados essenciais à dignidade do trabalho, devidamente justificados, os quais devem ser estimados com base na convenção coletiva de trabalho paradigma, que é aquela que melhor se adequa à categoria profissional que executará os serviços terceirizados, considerando a base territorial onde os serviços serão prestados."

- a) A CONTRATADA deverá conceder a todos os seus funcionários, o Vale Alimentação no valor definido pela respectiva Convenção Coletiva de Trabalho, que será devido por cada dia efetivamente trabalhado, devendo tal concessão ocorrer até o 10º (décimo) dia de cada mês.

Das Férias

- a) Na concessão das férias, deverão ser observadas todas as regras previstas na CLT e na Convenção Coletiva de Trabalho vinculada à proposta.
- b) A contratada deverá apresentar ao fiscal do contrato, planilha de programação de férias pelo menos 1 (uma) vez por ano.
- c) A programação da fruição das férias de cada colaborador terceirizado deverá ser realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo for encerrado nos primeiros noventa dias do contrato, conforme dispõe o art. 5 e seu parágrafo único da Instrução Normativa nº 213/2025 - SEGES.
- d) As férias devem ser comunicadas com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência aos funcionários, obedecendo o disposto pela Lei nº 7.414, de 9.12.1985. A cópia do recibo de participação, conforme art. 135 da citada lei, deverá ser encaminhada ao fiscal do contrato nos documentos de medição e faturamento, juntamente com o comprovante de pagamento das férias e terço constitucional de férias.

6. MATRIZ DE RISCOS - art. 30, §1º, inciso VI da IN nº 01/2023

(x) NÃO SE APLICA

7. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO E/OU SERVIÇO - art. 30, §1º, inciso VII da IN nº 01/2023

7.4. Catálogo eletrônico de padronização

[] Sim

[x] Não

Justificativa: O TJPA não dispõe de catálogo próprio. Na hipótese de haver divergência entre a descrição do objeto conforme indicado no código CATMAT/CATSER do COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

7.5. Especificação

7.5.1. Do serviço de mão de obra exclusiva:

7.2.1.1. Os serviços solicitados deverão ser executados pela CONTRATADA de segunda-feira a sexta-feira em horário preferencial de expediente, das 07:00 às 17:00, de segunda a quinta-feira, e das 07:00 às 16:00 na sexta-feira, de acordo com programação previamente acordada com a Divisão de Serviços Gerais. Nos casos em que os serviços a serem realizados comprometam o funcionamento da unidade judiciária, a fiscalização poderá determinar que a CONTRATADA o faça em horários alheios ao expediente, em feriados, finais de semana, recesso judiciário ou ponto facultativo, mediante prévio aviso e sem qualquer ônus extras ao TJPA.

7.2.1.2. Os serviços a serem contratados serão executados pela CONTRATADA obedecendo aos dispostos na Lei nº 14.133/2024 e na Instrução Normativa nº 05/2017 - SEGES/MPDG e, demais normas legais e regulamentares pertinentes, de acordo com as especificações e periodicidade elencadas abaixo:

7.2.1.3. Da Jornada de Trabalho:

7.2.1.4. Os serviços serão executados em jornada(s) estabelecida(s) pela legislação pertinente a Consolidação das Leis de Trabalho – CLT, Convenção Coletiva de Trabalho e alterações conforme Lei nº 13.467/2017. Para todos os postos de trabalho descritos neste Termo de Referência, a jornada de trabalho será de 44 horas Semanais Diurnas, modelo “semana inglesa”, assim distribuídas:

Dia da Semana	Horário de Trabalho	Intervalo Intrajornada
Segunda a Quinta-feira	7h às 17h	1h
Sexta-feira	7h às 16h	1h

7.2.1.5. A carga horária de trabalho diária poderá ser modificada por necessidade de serviço, a critério da CONTRATANTE, mediante prévio aviso à CONTRATADA, sem prejuízo do disposto no subitem anterior. Além disso, a qualquer tempo e de acordo com o que for mais conveniente e oportuno para a Administração deste Tribunal de Justiça, poderá ser solicitada a execução dos serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente;

7.2.1.6. As horas excedentes ou não utilizadas deverão ser computadas em banco de horas, cuja gestão ficará a cargo da CONTRATADA, vedado pagamento e desconto em folha de pagamento.

7.2.1.7. A CONTRATANTE encaminhará, até o quinto dia útil de janeiro, o calendário de feriados e pontos facultativos publicado para o ano para conhecimento da CONTRATADA.

7.2.1.8. A carga horária dos funcionários permanecerá normal nos dias de ponto facultativo, salvo dispensa previamente autorizada pela CONTRATANTE.

7.2.1.9. Durante o recesso forense, compreendido anualmente entre 20 de dezembro e 06 de janeiro, os serviços serão executados conforme determinação da Secretaria de Administração.

7.2.1.10. A CONTRATANTE, em comum acordo com a CONTRATADA, poderá alterar a frequência das atividades objeto deste Termo de Referência, quando observar que desta forma será obtida maior eficiência dos serviços.

7.2.1.11. Os serviços serão prestados de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO):

DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CBO
Jardineiro	CBO 6220-10
Auxiliar de Serviços Gerais	CBO 5143-20

7.2.1.12. Para ambos os cargos foi utilizada a Convenção Coletiva de Trabalho registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob o nº PA000133/2025, celebrada pelo Sindicato das Empresas de Serviços Terceirizáveis, Trabalho Temporário, Limpeza e Conservação Ambiental do Estado do Pará – SEAC e o Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Asseio, Conservação, Higiene, Limpeza e Similares do Estado do Pará – SINELPA, vigente até 31 de dezembro de 2026.

7.2.1.13. O funcionário da CONTRATADA deverá guardar sigilo sobre dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiver acesso em decorrência do exercício de suas funções, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

7.2.1.14. As informações registradas em sistemas institucionais deverão ser geridas e preservadas ficando seu acesso restrito às atividades da Instituição.

7.2.1.15. A empresa será responsável pelo gerenciamento completo dos aspectos operacionais do serviço, desonerando o Tribunal das atividades administrativas correlatas.

7.2.1.16. A CONTRATADA deverá, no início do Contrato, apresentar os profissionais responsáveis pela execução direta dos serviços objeto deste certame, devidamente uniformizados em um só padrão e seus complementos à mão de obra envolvida de modo que todos executem suas atividades, devidamente trajados e com os devidos equipamentos de proteção individual – EPI;

7.2.1.17. A CONTRATADA deverá substituir os uniformes que apresentarem defeitos ou desgastes independentemente do tempo de uso, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE, não sendo admitido o uso de uniformes rasgados, manchados, furados, encardidos etc.;

7.2.1.18. A CONTRATADA deve manter seu pessoal identificado com crachá, o qual deverá conter foto, nome, empresa prestadora, bem como instruí-los a apresentar-se ao trabalho obedecendo às regras de higiene e asseio;

7.2.1.19. O quantitativo de EPIs a serem utilizados deverá ser determinado pela Contratada, tomando-se como base o número de empregados necessários à perfeita execução dos serviços, a produtividade de referência e a vida útil do equipamento envolvido, não sendo admitido EPIs nitidamente velhos ou que não cumpram sua função;

7.2.1.20. Os EPIs deverão ser substituídos, sem ônus para este TJPA, sempre que necessário, seja por desgaste natural ou por defeito que impossibilite sua perfeita utilização, ou ainda, por extravio, ficando a Contratada responsável pela guarda e conservação deles.

7.2.2. Dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento dos bens e/ou de prestação de serviços, das demais formas de comunicação e da avaliação geral dos serviços

7.2.2.1 A solicitação de prestação do serviço será viabilizada através de e-mail, ou por meio de Ordem de Autorização emitida pela CONTRATANTE.

7.2.2.2 A notificação formalizada à empresa ocorrerá por ocasião da reunião inaugural, e as comunicações ocorrerão através de contatos telefônicos, e-mails e presencialmente.

7.2.2.3. A Prestação dos Serviços será avaliada pela Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato por meio dos seguintes itens: I – Formulário de avaliação de nível de serviços, a ser aplicado mensalmente; II – Inspeção direta, feita a qualquer tempo.

7.2.3. Serviços contínuos de manutenção e conservação em áreas ajardinadas:

Os serviços contínuos compreendem manter as áreas ajardinadas/gramadas, fazendo revisão periódica, efetuando serviços como poda de arbustos e árvores de pequeno porte, corte e aparo de grama, roçagem mecanizada, capina manual, irrigação, adubação, limpeza de canteiros, plantio e replantio de mudas ornamentais, controle de pragas e ervas daninhas, recolhimento e destinação de resíduos vegetais, manutenção paisagística, cobertura de terra e adubos e correlatos. Além disso, incluirão, entre outros, os seguintes serviços:

- a) Retirar todos os materiais inservíveis como: entulho, mato, folhas secas e outros;
- b) Remoção de todo e qualquer material avariado ou abandonado nas áreas verdes, tais como: detritos, animais e insetos mortos e materiais abandonados por terceiros;
- c) Retirada de toda a terra e outras sobras dos jardins, porventura deixadas nos gramados e calçadas quando da execução dos serviços, efetuando a varrição posterior das calçadas;

- d) Limpeza diária das áreas ajardinadas, retirando toda espécie de lixo;
- e) Acondicionar e destinar devidamente os resíduos e outros provenientes dos serviços de jardinagem;
- f) Executar, antes do início do período das chuvas (anualmente), a cobertura das áreas gramadas, com o fornecimento e espalhamento de terra adubada sobre elas;
- g) Executar o corte da grama e vegetação equivalente em todas as áreas verdes, mantendo-as sempre bem aparadas e limpas, inclusive jardineiras e árvores;
- h) Executar a poda sazonal de árvores de pequeno porte e arbustos, devendo adubá-los em épocas próprias, a fim de mantê-los vivos e com boa aparência;
- i) Proceder à correção química e biológica do solo, quando necessária, de modo a adequá-lo ao plantio e manutenção das espécies vegetais existentes;
- j) Proceder à irrigação do gramado, jardins e vasos pelo menos uma vez por semana, de maneira completa. Poderão, para tanto, ser utilizados aspersores de reação ou mangueiras adequadas;
- k) Conservar todos os vasos ornamentais, regando-os e mantendo-os sempre limpos, ou compor os mesmos com plantas ornamentais sempre que solicitado;
- l) Proceder à adubação orgânica das plantas, onde se fizer necessário;
- m) Limpeza de Canteiros (Coroamento): Retirada manual de ervas daninhas e "tiriricas" que competem com as espécies ornamentais.
- n) Varrição e Destinação: Limpeza de todos os resíduos gerados no serviço. É vedado o uso de sopradores para empurrar resíduos para bueiros ou áreas externas às unidades do TJPA.
- o) Retirar espécies estranhas ao projeto, e replantio em local a ser indicado oportunamente;
- p) Efetuar periodicamente a escarificação e afofamento da terra dos canteiros e posterior nivelamento com terra vegetal;
- q) Onde houver, efetuar periodicamente lavagem de seixos dos canteiros;
- r) Deverá ser controlada a emissão de sons que possam perturbar e atrapalhar o funcionamento normal da unidade;
- s) Limpeza: soprar ou reorganizar manual ou mecanicamente os resíduos vegetais já existentes e resíduos de corte para fora das calçadas, pistas de rolamento e outras áreas construídas;
- t) Não deixar água empossada (parada) em nenhuma área do jardim, evitando a instalação de mosquito da dengue, realizando os serviços necessários no espelho d'água para não ser objeto de transmissão de dengue e outras doenças provocadas pela sujeira da água;
- u) Evitar aplicar produtos químicos durante a floração das plantas, para não intoxicar e matar insetos e pássaros polinizadores;
- v) Recolhimento da grama após o corte dos gramados e destinação adequada;
- w) Sempre deverá ser utilizado o equipamento de proteção individual (EPI) no manuseio e aplicação de produtos químicos, sendo proibido comer, beber e/ou fumar quando o funcionário estiver em contato com produtos químicos.

7.2.4. Serviços de roçagem mecanizada

Os serviços de roçagem mecanizada consistem no corte de mato com vários tipos de capim, além de poda de arbustos e pequenas árvores, sendo executados de forma contínua e regular pelas equipes fixas e itinerantes nos locais constantes do item 8.1.1, seguindo o cronograma de manutenção aprovado pela Administração. Por integrarem a rotina permanente de conservação das áreas verdes, tais serviços já estão inclusos na remuneração mensal dos postos de trabalho (Jardineiro e Auxiliar), **não cabendo solicitação formal para fins de cobrança avulsa**, nem medição por metragem ou pagamento de valor adicional para esta atividade.

Na área em que estiver sendo realizado o serviço, esta deverá ser protegida com equipamentos específicos (tela de proteção) para evitar incidentes, os quais serão de responsabilidade da contratada.

Sempre ao final do serviço, deverá ser recolhido o entulho e destinado adequadamente. Em casos excepcionais e desde que devidamente justificados com documentação comprobatória, será admitido prazo para recolhimento e destinação dos resíduos.

7.2.5. Serviço de poda, com utilização dos equipamentos de EPI's e todos os insumos necessários para a realização do serviço com segurança, retirada de todo material resultante da poda e destinação adequada.

Sempre ao final do serviço, deverá ser recolhido o entulho e destinado adequadamente. Em casos excepcionais e desde que devidamente justificados com documentação comprobatória, será admitido prazo para recolhimento e destinação dos resíduos.

7.2.6. Dos serviços por demanda: A execução será acionada pela Fiscalização e/ou Gestão do Contrato sempre que houver necessidade de restabelecer os padrões estéticos e fitossanitários da área verde, sendo a remuneração vinculada **à efetiva entrega do serviço medido por área (m²/m³) ou por unidade**, conforme tabelas constantes do item 8.1.1.

7.2.6.1 Rotina operacional dos serviços por demanda: A manutenção por demanda deve englobar, em uma única intervenção, o ciclo completo de conservação, incluindo:

- Poda de Árvores, Arbustos, Cercas Vivas: Manutenção do formato geométrico ou natural das árvores, cercas vivas e arbustivas, com recolhimento imediato dos restos de galhos.
- Aceiro: Execução por demanda em áreas específicas que exigem faixa de isolamento para prevenção de incêndios e controle de vegetação invasiva.

7.2.6.2. Critérios de Disponibilidade e Deslocamento

- Tempo de Resposta: A contratada deverá iniciar os serviços em até 72 horas após o recebimento da solicitação formal da fiscalização do contrato.
- Logística Própria: Todos os custos de transporte de pessoal, máquinas motorizadas (roçadeiras, sopradores), ferramentas manuais e insumos para as unidades atendidas por demanda são de exclusiva responsabilidade da contratada, já devendo estar inclusos no preço ofertado pela contratada.

7.2.7. Dos espaços de Horta:

- No edifício Sede, do total de 6.565,01 m², serão destinados 32,00 m² à implantação, manutenção e manejo de horta sustentável. Já nos Anexos II e III – Fórum Criminal (Juizado da Infância e Juventude), dos 120,00 m² disponíveis, 46,50 m² serão reservados para a mesma finalidade.

7.2.7.1 Definição de cada um dos procedimentos de implantação, manutenção e manejo de horta sustentável

- A implantação da horta sustentável compreende o conjunto de ações iniciais necessárias à sua estruturação, assegurando condições adequadas de solo, água,

insolação e insumos. Essa etapa envolve a análise do solo, o planejamento dos canteiros, a correção e a adubação inicial com insumos orgânicos, bem como a seleção das espécies a serem cultivadas, considerando o clima, o espaço disponível e a finalidade de fornecimento de chás ao corpo funcional. Inclui-se, ainda, o plantio de mudas ou a sementeira.

- A manutenção corresponde às práticas contínuas destinadas a garantir a vitalidade da horta ao longo do tempo, prevenindo perdas e otimizando a produção. Abrange a rega periódica, a reposição de nutrientes por meio de adubação orgânica, a realização de capinas manuais, o monitoramento de pragas e doenças, o replantio ou substituição de espécies quando necessário, além da limpeza e organização do espaço.
- O manejo refere-se às práticas de condução do cultivo, com o objetivo de equilibrar a produtividade, a saúde do solo e a preservação ambiental. Inclui a adoção de técnicas agroecológicas para o controle de pragas, a orientação quanto às podas e à colheita adequadas, a gestão da irrigação visando ao uso racional da água e o monitoramento constante para assegurar o equilíbrio do ecossistema da horta.

7.2.7.2 Da especificação das mudas a serem fornecidas, adubos orgânicos, substratos e pesticidas naturais

Quanto à especificação dos insumos, as mudas a serem fornecidas e repostas destinam-se ao preparo de chás, contemplando espécies como capim-santo, erva-cidreira, hortelã e camomila. Algumas frutíferas já existentes ou que venham a ser plantadas pelo corpo funcional demandarão apenas serviços de manutenção e manejo. Os adubos orgânicos a serem utilizados serão NPK 10-10-10 e NPK 04-14-08, enquanto os substratos compreenderão terra preta e composto orgânico, como húmus de minhoca e esterco de gado curtido. Para o controle de pragas, serão empregados pesticidas naturais à base de óleo de neem.

8. INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS, E/OU DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO – art. 30, §1º, inciso VIII da IN nº 01/2023

8.1 Condições de entrega ou execução dos serviços

8.1.1 Local de entrega ou execução dos serviços

Tabela 1 – Unidades de Belém e Região Metropolitana

BELÉM - RMB					
Nº	LOCAL	I - M²	II - M³	III – M²	Tipo de Equipe
1	SETIC / Salesiano	3.250,00	25		Equipe fixa
2	Ed. Sede/Entrada Protásio/Anexo I (Corregedoria Geral)	6.565,01	60		Equipe fixa

3	Fórum Cível	364,75	10		Equipe fixa
4	Almoxarifado/ Datacenter	10.386,57	20	2000	Equipe itinerante
5	Arquivo Geral – BR 316	4.117,56			Equipe itinerante
6	Anexo II e III – Fórum Criminal (Juizado da Infância e Juventude)	120	10		Equipe itinerante
7	Casa Amarela I	93,46			Equipe itinerante
8	Casa Amarela II	158,55			Equipe itinerante
9	Escola Judicial	40			Equipe itinerante
10	Fórum de Ananindeua	126,89	5		Equipe itinerante
11	Fórum de Icoaraci	596,35			Equipe itinerante
12	Fórum de Marituba	243,84			Equipe itinerante
13	Fórum Distrital de Mosqueiro	484,28			Equipe itinerante
14	Fórum de Santa Izabel do Pará	230,4			Equipe itinerante
15	Fórum de Castanhal	170,68			Equipe itinerante
16	Juizado Cidade Nova VIII	1.627,95	30		Equipe itinerante
17	Juizado do Idoso	140			Equipe itinerante
18	Juizado Especial da Infância e Juventude (Av. Tamandaré)	107,88	5		Equipe itinerante

19	Juizado Especial de Icoaraci	445,63			Equipe itinerante
20	Juizado Especial do Jurunas	459,09			Equipe itinerante
21	Juizado Especial do PAAR	1.456,85	30		Equipe itinerante
22	Juizados Especiais de Trânsito e Central	52,97			Equipe itinerante
23	Justiça Militar	13,61			Equipe itinerante
24	Serviço Médico e Odontológico	1,75			Equipe itinerante
25	Juizados da Fazenda (Quintino)	111,62	5		Equipe itinerante
TOTAL		31.365,69	200,00	2.000,00	

I - Serviços permanentes e continuados de Manutenção e Conservação em áreas ajardinadas; e Serviços de Roçagem Mecanizada;

II - Serviços de Poda sob demanda;

III – Serviços de Aceiro sob demanda.

Tabela 2 – Unidade Marabá

MARABÁ				
Nº	LOCAL	I - M²	II - M³	Equipe
1	Fórum de Marabá	3.200,42	25	Equipe fixa

I - Serviços permanentes e continuados de Manutenção e Conservação em áreas ajardinadas; e Serviços de Roçagem Mecanizada;

II - Serviços de Poda sob demanda.

Os serviços a serem executados nas unidades relacionadas na Tabela 1 – Unidades de Belém e Região Metropolitana serão organizados da seguinte forma:

- Edifício Sede: contará com uma equipe composta por 3 (três) jardineiros e 2 (dois) auxiliares.
- Fórum Cível: contará com 1 (um) jardineiro.
- SETIC/Salesiano: contará com 1 (um) jardineiro.

As demais unidades listadas na Tabela 1 terão seus serviços realizados por uma equipe itinerante, que atuará por meio de uma rota previamente definida. Essa equipe será formada exclusivamente por profissionais que atuam no Edifício Sede, sendo composta por 2 (dois) jardineiros e 1 (um) auxiliar. A rota será executada em até **15 (quinze) dias por mês**, abrangendo todas as unidades classificadas como **“Equipe itinerante”**. Cada uma dessas unidades deverá ser atendida pelo menos uma vez durante esse período de 15 dias. A

depende da situação e **em situações estritamente excepcionais**, uma mesma unidade poderá receber atendimento adicional da equipe itinerante durante o mesmo intervalo de 15 dias.

Nos dias em que a equipe estiver em rota, o Edifício Sede funcionará com quadro reduzido, composto por 1 (um) jardineiro e 1 (um) auxiliar. Além disso, reforça-se o fato de que todos os custos de transporte de pessoal, máquinas motorizadas (roçadeiras, sopradores), ferramentas manuais e insumos para as unidades atendidas por demanda são de exclusiva responsabilidade da contratada, já devendo estar incluídos no preço a ser composto por sua proposta.

Quanto à Tabela 2 – Unidade Marabá, os serviços serão executados no Fórum de Marabá, localizado na Rodovia Transamazônica, nº 5213, bairro Amapá, Marabá/PA, CEP 68502-290, contando com 1 (um) jardineiro para a realização das atividades. Não há demanda por serviços de aceiro na Unidade Marabá.

8.2 Condições de recebimento

8.2.1. Do recebimento provisório.

Os serviços executados serão recebidos provisoriamente mediante simples verificação da execução do serviço no local e área determinada, por servidor da Comarca/Unidade.

8.2.2. Do recebimento definitivo.

Os serviços executados serão recebidos definitivamente, pela Equipe de Gestão e Fiscalização do contrato, após o envio à Divisão de Serviços Gerais do Departamento de Patrimônio e Serviços, das Notas Fiscais dos serviços executados com toda documentação exigida, conforme delimitado no item 13.1, assim como as declarações de execução do serviço emitida pelas unidades.

Os serviços executados em desconformidade com o especificado neste Termo de Referência ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será obrigada a corrigi-los no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contado da notificação pela Fiscalização, podendo este prazo ser reduzido para até 24 (vinte e quatro) horas em situações emergenciais que comprometam a execução contratual.

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços prestados nem a ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

As notificações relacionadas à execução do contrato, inclusive quanto à apresentação de documentos, não suspendem o pagamento devido pela prestação efetivamente realizada, mas impõem à contratada a obrigação de sanar as irregularidades identificadas dentro do prazo estabelecido pela fiscalização, sob pena de glosa proporcional ou aplicação das penalidades cabíveis, conforme o disposto na Instrução Normativa nº 003/2024-GP e neste Termo de Referência.

9. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA - art. 30, §1º, inciso IX da IN nº 01/2023

(x) NÃO SE APLICA

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO - art. 30, §1º, inciso XI da IN nº 01/2023

A execução do objeto dar-se-á mediante a prestação continuada de serviços de jardinagem envolvendo profissionais sob o regime de dedicação exclusiva, englobando, ainda, atividades como poda, roçagem e outros, inclusive fornecimento de materiais de consumo,

insumos, equipamentos e maquinários necessários e adequados para a sua execução, distribuídos entre, conforme os quantitativos previamente estabelecidos.

10.1. Indicação do instrumento de formalização da contratação

☒ (x) Necessidade de formalização contratual

☐ () Formalização via empenho

☐ () Outro instrumento substitutivo

Justificativa em caso de desnecessidade de formalização contratual:

10.2. Obrigações da Empresa

10.2.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE e pelos órgãos fiscalizadores do objeto do presente Contrato;

10.2.2. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações, responsabilizando-se por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por ação ou omissão de seus prepostos, sem qualquer ônus ao Tribunal;

10.2.3. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo CONTRATANTE referentes ao objeto desta licitação;

10.2.4. Executar fielmente o objeto do Contrato, de acordo com as exigências constantes do Termo de Referência;

10.2.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato;

10.2.6. Manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a Contratação;

10.2.7. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto e documento de interesse do CONTRATANTE, ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato, devendo orientar seus empregados a observar rigorosamente esta determinação;

10.2.8. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste Contrato sem o consentimento, por escrito, do CONTRATANTE;

10.2.9. Utilizar mão de obra especializada e qualificada, nas quantidades definidas neste Termo de Referência, para a adequada execução do objeto contratado;

10.2.10. Manter atualizados seu endereço, telefone de contato e dados bancários necessários para a efetivação de pagamentos;

10.2.11. Adotar os demais procedimentos necessários à boa execução do Contrato;

10.2.12. O CONTRATADO sujeita-se às disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990;

10.2.13. É terminantemente vedada a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, durante a vigência deste Contrato;

10.2.14. Em nenhuma hipótese poderá o CONTRATADO veicular publicidade acerca do serviço a que se refere o presente Contrato, salvo com a devida autorização do CONTRATANTE;

10.2.15. Cumprir fielmente todas as obrigações assumidas no Edital, no Termo de Referência e em sua proposta de preços, utilizando-se dos recursos materiais e humanos necessários para a execução do objeto, nos prazos, locais e horários estabelecidos;

10.2.16. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados durante a prestação dos serviços, obrigando-se a promover o devido ressarcimento;

10.2.17. Indicar, formalmente, preposto, visando aos contatos com a representante do CONTRATANTE durante a execução dos serviços;

10.2.18. Exigir que seus empregados se submetam às normas e aos regulamentos internos do Órgão;

- 10.2.19. Assumir integralmente os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de seguros, resultantes da execução do contrato, não gerando vínculo de solidariedade com o CONTRATANTE;
- 10.2.20. Executar os serviços descritos, dentro da melhor técnica, já devendo estar inclusos nos preços propostos todos os custos pertinentes à sua formação, tais como mão-de-obra, materiais, insumos e ferramentas, transporte, impostos, taxas, fretes e demais despesas decorrentes do objeto;
- 10.2.21. Disponibilizar, sem ônus para o CONTRATANTE, caso necessário, container, para depósito de resíduos de materiais orgânicos resultantes da poda de gramas e plantas, além de dar a destinação correta, conforme normas vigentes.
- 10.2.22. Obedecer ao horário para a execução dos serviços, conforme definido no item 7.2.1.4.
- 10.2.23. Em casos excepcionais, em virtude de emergência ou da ocorrência de fato imprevisível, desde haja autorização da CONTRATANTE, os serviços também poderão ser executados em domingos e feriados.
- 10.2.24. Encaminhar, mensalmente, juntamente com as notas fiscais, o relatório de execução dos serviços, para fins de comprovação.
- 10.2.25. Apresentar mensalmente o cronograma de execução dos serviços, informando data dos locais a serem visitados;
- 10.2.26. Apresentar cronograma de adubação;
- 10.2.27. Apresentar cronograma de podas e roçagens;
- 10.2.28. Apresentar anexo à documentação que acompanhar as notas fiscais, declaração assinada por servidor atestando a realização do serviço na referida unidade.
- 10.2.29. A empresa vencedora do item referente a Belém/PA deverá manter sede, filial ou escritório de atendimento na referida localidade, devendo instalá-lo no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato.
- 10.2.30. Arcar com custos de combustível em deslocamentos para execução de serviços nas unidades listadas neste Termo de Referência.
- 10.2.31. Manter, durante toda a execução contratual, a regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista, ambiental e social, sob pena de rescisão contratual.
- 10.2.32. A CONTRATADA deverá cumprir o art. 3º da Resolução nº 07, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça, que veda a contratação e a manutenção de contrato de prestação de serviço com empresa que tenha entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, observando-se, no que couber, as restrições relativas à reciprocidade entre os Tribunais ou entre estes e órgãos da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, distrital ou municipal.
- 10.2.33. Caso aplicável, a contratada deverá, durante toda a vigência contratual, comprovar o cumprimento da política de empregabilidade de pessoas reabilitadas e com deficiência, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e do art. 10 da Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. A comprovação deverá ser feita mediante apresentação de certidão válida emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

10.3. Obrigações do TJPA

- 10.3.1. Promover reunião inicial, após a assinatura do contrato, para apresentação do plano de fiscalização, quando a natureza dos serviços assim o exigir;
- 10.3.1.1. O plano de fiscalização deverá contemplar: obrigações contratuais; mecanismos e estratégias de fiscalização; métodos de aferição de resultados; sanções aplicáveis; e integração com o plano de execução da CONTRATADA;

- 10.3.1.2. Deverá ser registrada em ata todos os assuntos discutidos na reunião inicial, preferencialmente com a presença do gestor, fiscal ou equipe de fiscalização, preposto da empresa e, quando necessário, representante do setor de Planejamento da Contratação;
- 10.3.2. Exigir da CONTRATADA a indicação de contatos oficiais de e-mail e telefone de seus prepostos, priorizando o uso de e-mails para assegurar rastreabilidade documental.
- 10.3.3. Monitorar o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, em conformidade com cláusulas contratuais, proposta de preços e Termo de Referência;
- 10.3.4. Atestar faturas, supervisionar os serviços e efetuar os pagamentos devidos, observadas as condições contratuais;
- 10.3.5. Indicar formalmente gestores e fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- 10.3.6. Observar para que, durante a vigência do Contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 10.3.7. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante do CONTRATADO;
- 10.3.8. Comunicar ao CONTRATADO quaisquer irregularidades, objetivando a imediata reparação;
- 10.3.9. Garantir condições adequadas para a execução do contrato;
- 10.3.10. Fornecer ao CONTRATADO todas as informações técnicas solicitadas;
- 10.3.11. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio os defeitos detectados e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam reparo ou substituição por parte do CONTRATADO;
- 10.3.11.1. A existência de fiscalização pelo CONTRATANTE de modo algum atenua ou exime a responsabilidade do CONTRATADO por qualquer vício ou falha;
- 10.3.12. Notificar a Contratada por escrito de quaisquer ocorrências relacionadas à execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;
- 10.3.13. Rejeitar, total ou parcialmente, eventuais serviços prestados em desacordo com as especificações ou que apresentem falhas técnicas;
- 10.3.14. Cumprir as demais obrigações constantes no Termo de Referência.

10.4. Obrigações de ambas as partes

- 10.6.1. As definições e obrigações desta contratação seguirão a Lei 13.709/2018 (LGPD), bem como as demais normas e leis aplicáveis à proteção de dados, especialmente as editadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais - ANPD.
- 10.6.2. O CONTRATANTE será considerado o titular dos dados pessoais.
- 10.6.3. As partes CONTRAENTES serão consideradas agentes de tratamento com os seguintes papéis:
- 10.6.3.1. TRIBUNAL DE JUSTIÇA: será a controladora dos dados pessoais.
- 10.6.3.2. CONTRATADA: será a operadora dos dados pessoais, sendo seu dever tratá-los respeitando a finalidade da contratação.
- 10.6.3.3. É proibido às partes utilizar qualquer informação pessoal fornecida em decorrência da execução do contrato para fins diferentes daqueles previstos no objeto do contrato, sujeitas à responsabilização administrativa, cível e criminal.
- 10.6.3.4. As partes comprometem-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, especialmente dados pessoais e sensíveis, fornecidos em decorrência da execução do contrato, conforme estabelecido na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedada a transferência dessas

informações a outras empresas ou pessoas, exceto em casos de obrigações legais ou para cumprir o objeto do contrato.

10.6.3.5. As partes serão responsáveis administrativa e judicialmente por danos materiais, morais, individuais ou coletivos, causados aos titulares dos dados pessoais fornecidos em decorrência da execução do contrato, por descumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados.

10.6.3.6. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como CPF, RG, endereço eletrônico, endereço residencial e cópia do documento de identificação.

10.6.3.7. A CONTRATADA reconhece a existência da Lei Geral de Proteção de Dados e compromete-se a ajustar todos os procedimentos internos conforme o disposto na legislação, visando proteger os dados pessoais fornecidos pelo CONTRATANTE.

10.6.3.8. A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, assim como situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, divulgação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilegal, adotando as medidas previstas no artigo 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

11. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA E SUA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO - art. 30, §1º, inciso XII da IN nº 01/2023

11.1. Prazo de vigência do contrato

O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Prazo de entrega ou execução dos serviços

O prazo de entrega não é aplicado para o presente caso, pois os serviços serão prestados enquanto houver vigência contratual.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO - art. 30, §1º, inciso XIII da IN nº 01/2023

12.1. Estabelecimento de condições gerais

12.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, o disposto neste Termo de Referência e nas normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, devendo tais circunstâncias ser registradas mediante simples apostila, sem prejuízo das responsabilidades da CONTRATADA.

12.1.3. Todas as comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão ser realizadas por escrito, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica oficial para os atos que não exijam formalização em processo, de modo a garantir a rastreabilidade e a transparência.

12.1.4. A CONTRATANTE poderá convocar o preposto da CONTRATADA para adoção imediata de providências necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais.

12.1.5. Após a assinatura do contrato, a CONTRATANTE convocará a CONTRATADA para reunião inicial de alinhamento, com participação do gestor e do fiscal do contrato. Nesta ocasião, será apresentado o plano de fiscalização, contendo, no mínimo:

- a) as obrigações contratuais da CONTRATADA;
- b) os mecanismos de acompanhamento e controle;
- c) as estratégias para execução do objeto;
- d) o plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver;
- e) o método de aferição dos resultados;
- f) as sanções aplicáveis em caso de inexecução;
- g) os canais de comunicação e registro das ocorrências contratuais.

12.2. Equipe de gestão e fiscalização da contratação

12.2.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal técnico e pelo gestor do contrato, designados por ato formal da Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e das disposições da Instrução Normativa nº 01/2023-GP.

12.2.2. Compete ao fiscal técnico acompanhar a execução contratual, assegurando o cumprimento integral das condições pactuadas e a obtenção dos resultados esperados pela Administração, em conformidade com os princípios da eficiência, transparência e legalidade.

12.2.3. O fiscal técnico deverá:

- a) acompanhar permanentemente a execução do contrato, verificando a conformidade dos serviços prestados e a manutenção dos padrões de qualidade exigidos neste Termo de Referência;
- b) registrar em sistema próprio ou no histórico do contrato todas as ocorrências relevantes, descrevendo as providências adotadas e as medidas corretivas determinadas, conforme o art. 117, §1º, da Lei nº 14.133/2021;
- c) emitir notificações formais à contratada sempre que constatar falhas, irregularidades ou descumprimentos contratuais, fixando prazo razoável para a regularização;
- d) comunicar, de forma imediata, ao gestor do contrato, quaisquer situações que ultrapassem sua competência ou que possam comprometer a regular execução do objeto;
- e) zelar pela observância dos prazos de execução e vigência contratual, informando ao gestor, com a devida antecedência, sobre a necessidade de adoção de providências administrativas para renovação, prorrogação ou encerramento do ajuste;
- f) acompanhar o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de segurança exigidas da contratada, bem como o atendimento às políticas de responsabilidade social e sustentabilidade previstas neste Termo de Referência;
- g) participar das reuniões de alinhamento operacional, registrando em ata os entendimentos firmados com a contratada;
- h) instruir e encaminhar ao gestor do contrato os relatórios de fiscalização e eventuais processos administrativos de apuração de irregularidades ou aplicação de penalidades, devidamente documentados.

12.2.4. Compete ao gestor do contrato supervisionar as atividades da fiscalização técnica, consolidar as informações registradas, adotar as providências corretivas ou punitivas cabíveis, e garantir a adequada comunicação entre a contratada e a Administração, assegurando a plena execução do objeto contratual.

12.2.5. O descumprimento injustificado das obrigações contratuais deverá ser formalmente registrado pelo fiscal técnico e comunicado ao gestor, que promoverá, quando cabível, a

aplicação das sanções previstas na Instrução Normativa nº 003/2024-GP, sem prejuízo da instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidades.

12.2.6. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo das solicitações formais, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

12.2.7. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução deste e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

12.2.8 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

12.2.9. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

12.2.10. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

12.2.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

12.2.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

12.2.1. Gestor do Contrato

Titular: Ênio de Oliveira Rebouças

Matrícula:42640

Substituta/Substituto: Helton Moura da Rocha

Matrícula:66818

12.2.2. Fiscal Técnico

Titular: Helton Moura da Rocha

Matrícula:66818

Substituta/Substituto: Augusto Lopes Matos

Matrícula: 205231

12.2.3. Integrante Administrativo

Titular: Lorena Larisse de Araújo Rego

Matrícula: 122076

Substituta/Substituto: Brunna Ferreira da Sila

Matrícula: 64971

O pagamento dos serviços sob demanda serão

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO - art. 30, §1º, inciso XIV da IN nº 01/2023

13.1. Prazo e forma para pagamento

13.1.1. O pagamento mensal pela contratante ocorrerá após a comprovação do pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS pela contratada relativas aos empregados que tenham participado da execução dos serviços contratados, na forma do disposto no art. 8º do Decreto 9.507/2018 c/c art. 92, XVI, da Lei 14.133, de 2021;

13.1.1.1. O pagamento dos serviços executados sob demanda será realizado com base na metragem efetivamente executada, devidamente aferida pela fiscalização do contrato, conforme os valores unitários estabelecidos na proposta da CONTRATADA.

13.1.1.2. A Nota Fiscal referente aos serviços executados sob demanda deverá ser emitida de forma segregada, não podendo, em nenhuma hipótese, ser apresentada conjuntamente com a Nota Fiscal relativa aos serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra.

13.2.2. O TJPA não se vincula às disposições estabelecidas em acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou nos resultados da empresa contratada, matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários e preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;

13.2.3. Os valores destinados ao pagamento das férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias dos empregados da contratada que participarem da execução dos serviços contratados serão depositados pela contratante em conta vinculada específica, aberta em nome da contratada, e com movimentação autorizada pela contratante;

13.2.4. Ao receber a Fatura Mensal dos Serviços a CONTRATANTE terá até 10 (dez) dias úteis para ratificar os serviços faturados e autorizar a emissão da respectiva Nota Fiscal.

13.2.5. O prazo definido no subitem acima só será iniciado a partir do recebimento de todo o documental necessário para a respectiva conferência, após sanadas todas as pendências elencadas pela CONTRATANTE no checklist fornecido.

13.2.6. Apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade do FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, no momento do envio da Fatura mensal. Ainda, caso a empresa possua 100 (cem) ou mais empregados, deverá fornecer Certidão expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que comprove o cumprimento do percentual legal de contratação de pessoas com deficiência ou reabilitados, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

13.2.7. A manutenção da condição de irregularidade perante o fisco, ou a ocorrência reiterada da não apresentação de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, permitirá a notificação do fato à autoridade fazendária competente e a rescisão contratual, respeitada a ampla defesa, em face de configurada a inexecução do Contrato e a ofensa à regra trazida no art. 92, XVI, da Lei 14.133, de 2021.

13.2.8. Folha de Pagamento Analítica, referente ao mês dos serviços faturados, na qual constem todos os empregados que atuaram no Tribunal, mesmo que transitoriamente, em substituição à mão de obra faltante;

7.2.12. No mês em que houver pagamento de alguma parcela referente ao 13º salário, a contratada deverá apresentar também a folha de pagamento do benefício acompanhada do respectivo comprovante de pagamento.

13.2.9. A prova de pagamento dos auxílios alimentação e transporte poderá ser representada por relação nominal assinada pelo respectivo empregado, ou por documento emitido por administradoras de cartões de crédito, assinado pelo seu responsável em todas as páginas. A relação ou o documento deve estar organizado alfabeticamente e mencionar a data em que foi efetivado o recebimento desses benefícios, o período a que corresponde o uso e os valores percebidos;

13.2.10. O Tribunal, a qualquer tempo, poderá solicitar à empresa a comprovação da situação individualizada, por empregado, dos depósitos referentes ao FGTS e dos recolhimentos das contribuições previdenciárias dos empregados.

13.2.11. Por ocasião das férias de empregado, deverá ser encaminhado o respectivo aviso e o comprovante de quitação ao trabalhador, integrando-se à documentação exigida para pagamento da nota fiscal.

13.2.12. Quando houver ressalva na atestação dos serviços pela Fiscalização, no que concerne à execução do objeto do Contrato e demais obrigações contratuais, ocorrerá a interrupção da contagem do prazo para pagamento, a partir da comunicação do fato à Contratada, até que o prazo concedido pela fiscalização se encerre ou a contratada regularize a situação, o que ocorrer primeiro.

13.2.13. A Contratada, em face do não atendimento, estará sujeita à glosa de valores correspondentes ao custo do direito trabalhista ou previdenciário representado pela documentação não apresentada.

13.2.14. Emitida a Nota Fiscal o pagamento será efetuado de forma integral, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do atesto da execução dos serviços na Nota Fiscal, após verificada a conformidade do serviço fornecido e documentação respectiva, através de crédito na conta bancária da CONTRATADA.

13.2.15. A Nota Fiscal ou Fatura, deverá ser apresentada da seguinte forma: a) Prazo de validade; b) Data de emissão; c) Dados do contrato e do órgão contratante; d) Período da prestação do serviço; e) O valor a pagar; f) Grau de jurisdição do local da prestação do serviço.

13.2.16. Na inexistência de outra regra contratual, quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = (TX/100)/365 \quad I = (6/100)/365 \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual de Taxa Anual = 6%.

13.2. Acordo de Nível de Serviço (ANS)

A apuração mensal do desempenho da CONTRATADA, com base no Formulário de Avaliação de Nível de Serviço (ANS), contido no Anexo II, será formalmente registrada pela fiscalização do contrato e encaminhada à empresa para ciência.

Verificada pontuação que implique enquadramento em faixa sujeita à redução de pagamento, a CONTRATADA será notificada formalmente via e-mail para, querendo, apresentar manifestação escrita no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

A manifestação deverá ser acompanhada dos documentos comprobatórios que a empresa entender pertinentes, não sendo admitida mera alegação desacompanhada de elementos probatórios.

Decorrido o prazo sem manifestação, ou após análise fundamentada das razões eventualmente apresentadas, a Administração proferirá decisão motivada, mantendo, alterando ou cancelando a pontuação atribuída.

A redução de pagamento somente será efetivada após a conclusão desse procedimento, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades contratuais cabíveis, quando for o caso.

13.3. Antecipação de pagamento

☒ **NÃO SE APLICA**

13.4. Cessão de crédito

☒ **NÃO SE APLICA**

14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO - art. 30, §1º, inciso XV da IN nº 01/2023

14.1. Forma de seleção

☒ **Licitação**

☒ **Pregão**

☐ **Concorrência**

☐ **Concurso**

☐ **Leilão**

☐ **Diálogo competitivo**

☐ **Dispensa de licitação**

☐ **Inexigibilidade de licitação**

14.2. Forma de seleção

☒ **Eletrônica**

☐ **Presencial**

14.3. Modo de disputa

☒ **Aberto**

- ☐ Aberto e fechado
- ☐ Fechado e aberto
- ☐ Não se aplica

14.4. Critério

- ☒ menor preço
- ☐ melhor técnica ou conteúdo artístico
- ☐ técnica e preço
- ☐ maior retorno econômico
- ☐ maior desconto

14.5. Forma de parcelamento

- ☐ Grupo único
- ☐ Grupos
- ☒ Grupos(s) e item(ns)
- ☐ Item(ns)

Justificativa para o não parcelamento do objeto:

14.6. Forma de entrega ou prestação do serviço

- ☐ Integral
- ☐ Parcelado
- ☒ Continuado

14.7. Exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte

Valor de referência: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). – Artigo 48, I, da Lei nº 123/2006.

Licitação

- ☐ Sim
- ☒ Não

Não sendo a licitação exclusiva, há item ou lote exclusivo?

Item/lote

- ☒ Não
- ☐ Sim

Apontar os itens/lotes exclusivos:

Justificativa para não adoção:

- () Não há um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados localmente ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório
- () Não é vantajoso para a administração pública, conforme demonstrado na justificativa abaixo.
- () Representa prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado
- (X) O Valor de referência estimado para a contratação é superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

14.8. Exigências de habilitação

14.8.1. Habilitação técnica:

(x) Atestado de capacidade técnica: O LICITANTE deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) a prestação de serviços de jardinagem, conservação e manutenção de áreas verdes, englobando atividades como poda, roçagem e outros, incluindo fornecimento de materiais de consumo, insumos, equipamentos e maquinários necessários e adequados para a sua execução, conforme especificado no subitem 7.2. Os serviços atestados devem possuir características compatíveis e correspondentes a, no mínimo, 50% da quantidade exigida no item 2 (Indicação das quantidades), referente à equipe com mão de obra exclusiva, composta por jardineiro e auxiliar de serviços gerais, e referente aos serviços por demanda, com execução comprovada por período igual ou superior a 01 (um) ano.

Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução.

Para a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, desde que não inferiores a 30 dias por atestado, não havendo obrigatoriedade de o ano ser ininterrupto.

Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

A LICITANTE disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços.

Será considerado sem efeito o atestado de capacidade técnica apresentado por órgão no qual conste para a empresa penalidade de suspensão ou impedimento de licitar e contratar, devidamente registrados no SICAF, referente a serviços semelhantes aos do objeto desta contratação.

Prova de atendimento aos requisitos previstos no artigo 63 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021

Caso o TJPA entenda necessário, poderão ser solicitadas as cópias dos contratos e aditivos da prestação dos respectivos serviços e fornecimentos e das Notas Fiscais correspondentes

aos Atestados apresentados, visto que poderão ser objeto de diligências para a verificação da autenticidade de seu conteúdo. A impossibilidade de verificação tornará o Atestado inválido

Encontrada divergência entre o especificado nos Atestados e o apurado em eventual diligência, inclusive validação do contrato de prestação de serviços entre o emissor do Atestado e a licitante, além da inabilitação no processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.

() Outros
Quais?

() **NÃO SE APLICA**

14.8.2. Habilitação econômica e financeira:

- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida há no máximo 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura do certame;

- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{realizável a longo prazo}}{\text{Passivo circulante} + \text{passivo não circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo total}}{\text{Passivo circulante} + \text{passivo não circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo circulante}}$$

b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

c) Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

d) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

e) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

f) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar **capital mínimo ou patrimônio líquido** de no mínimo **10%** (dez por cento) do valor total

estimado da **contratação** ou do item pertinente **e Capital Circulante Líquido (Ativo Circulante - Passivo Circulante)** igual ou superior a **16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento)** do valor **anual** estimado da contratação.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor, conforme previsto no § 1º do art. 65 da Lei 14.133/2021.

14.8.3. Habilitação jurídica específica:

14.8.3.1. Consórcio

() Sim

(x) Não

Justificativa: O Objeto a ser contrato não é considerado de alta complexidade ou vulto, o que não se aplica ao caso em tela.

14.8.3.2. Cooperativa

(x) Não

() Sim

Justificativa: O Objeto a ser contrato não é considerado de alta complexidade ou vulto, o que não se aplica ao caso em tela.

14.8.4. Do dimensionamento da proposta

14.8.4.1. A proposta deverá contemplar integralmente os quantitativos no item 2 deste Termo de Referência, os quais foram definidos com base em levantamento técnico realizado pela Divisão de Serviços Gerais.

14.8.4.2. A licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, a Planilha de Custos e Formação de Preços (PCFP), nos formatos PDF e XLS, devidamente preenchida e assinada por responsável técnico. A planilha deverá conter a descrição detalhada dos custos unitários e totais de cada item, de modo a demonstrar a exatidão dos valores ofertados e a aderência às condições previstas no edital.

14.8.4.3. Para a elaboração da proposta, deverão ser observadas as condições necessárias à composição de todos os custos diretos e indiretos envolvidos, em conformidade com:

- a Planilha de Custos e Formação de Preços Estimativa constante no **Anexo XX** deste TR;
- a memória de cálculo e os parâmetros utilizados na **Nota Técnica de Pesquisa de Preços, integrante do processo administrativo.**

15. REAJUSTE - art. 30, §1º, inciso XVI da IN nº 01/2023

15.1. O reajuste anual será devido à contratada pelo TJPA, independentemente de provocação, observados os índices e a data-base definidos neste Termo de Referência. O reajuste será formalizado mediante apostila, quando não implicar alteração contratual.

15.1.1. O reajuste anual implicará nos **serviços por demanda** e, dentro da planilha de custos, somente nos **insumos diversos**.

15.2. O interregno mínimo de um ano para o primeiro reajuste ou repactuação será contado a partir de:

a) Reajuste – da data da formalização do orçamento estimado;

b) Repactuação – da data do acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos decorrer da mão de obra e estiver vinculada à data-base desses instrumentos.

15.3. Nos reajustes e repactuações subsequentes, o prazo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

15.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajuste, aplicar-se-á a última variação oficial conhecida, com posterior compensação.

15.5. Nas aferições finais, os índices utilizados deverão ser obrigatoriamente os definitivos.

15.6. Caso o índice definido seja extinto ou substituído, será adotado o índice que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

15.7. Na ausência de previsão legal de índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, mediante termo aditivo.

15.8. A repactuação deverá ser solicitada pela contratada ou por qualquer dos signatários do contrato, instruída com documentação comprobatória da variação dos custos, por meio da apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo/convenção coletiva/dissídio coletivo, conforme estabelece o art. 135 da Lei nº 14133/2021.

15.9. O TJPA poderá realizar diligências para verificar a variação alegada.

15.10. É vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, sentença normativa ou convenção coletiva.

15.11. O TJPA deverá responder ao pedido de repactuação no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da entrega da documentação completa.

15.12. O prazo será suspenso nos casos em que a documentação necessária não for apresentada de forma integral.

15.13. As repactuações a que a contratada fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão consideradas preclusas com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

15.14. Os reajustes e repactuações poderão ser formalizados por meio de apostilamento, desde que não impliquem alteração do equilíbrio econômico-financeiro. Quando coincidirem com prorrogação contratual, deverão ser formalizados por termo aditivo.

15.15. Os novos valores contratuais decorrentes de reajustes ou repactuações terão seus efeitos financeiros iniciados, observando-se:

a) data futura acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade;

b) data retroativa à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando se tratar de repactuação vinculada a convenção ou acordo coletivo com previsão de vigência retroativa.

15.16. Os efeitos financeiros deverão incidir exclusivamente sobre os itens que motivaram o reajuste ou a repactuação.

15.17. O reajuste ou repactuação não prejudica o direito das partes de requerer, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

15.18. O reajuste contratual utilizará como base o seguinte índice oficial o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

15.19. A repactuação utilizará como base a Convenção Coletiva Paradigma aplicável à categoria profissional de Jardineiro e Auxiliar de Serviços Gerais.

16. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1, ° inciso XVII da IN nº 01/2023

Tabela 1 – Postos com dedicação exclusiva de mão de obra para prestação de serviços contínuos (Belém e Região Metropolitana)

BELÉM - RMB			
FUNÇÃO/POSTO	QUANTIDADE	VALOR DO POSTO	VALOR TOTAL MÊS
JARDINEIRO	5	R\$ 11.990,83	R\$ 59.954,15
AUX. SERVIÇOS GERAIS	2	R\$ 9.969,01	R\$ 19.938,02
TOTAL ESTIMADO MENSAL DA CONTRATAÇÃO			R\$ 79.892,17
TOTAL ESTIMADO P/ 12 MESES			R\$ 958.706,04
TOTAL ESTIMADO P/ 24 MESES			R\$ 1.917.412,08
TOTAL DE PREVISÃO DE EXECUÇÃO NO ANO			R\$ 719.029,53

Tabela 2 – Postos com dedicação exclusiva de mão de obra para prestação de serviços contínuos (Marabá)

MARABÁ			
FUNÇÃO/POSTO	QUANTIDADE	VALOR DO POSTO	VALOR TOTAL MÊS
JARDINEIRO	1	R\$ 12.490,83	R\$ 12.490,83
TOTAL ESTIMADO MENSAL DA CONTRATAÇÃO			R\$ 12.490,83
TOTAL ESTIMADO P/ 12 MESES			R\$ 149.889,96
TOTAL ESTIMADO P/ 24 MESES			R\$ 299.779,92
TOTAL DE PREVISÃO DE EXECUÇÃO NO ANO			R\$ 112.417,47

Tabela 3 – Quantitativos consolidados estimados (m²/m³) para prestação de serviços por demanda (Belém, Região Metropolitana e Marabá)

ITEM	SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Serviços de Poda com a retirada e destinação de resíduos	m³	225	R\$ 453,37	R\$ 102.008,25
7	Aceiro com a retirada e destinação de resíduos	m²	2000	R\$ 8,30	R\$ 16.600,00

Nota: dos 225 m³ constantes do item 1, 25 m³ são referentes ao Lote de Marabá e 200 m³ são referentes a Belém e Região Metropolitana.

A estimativa de valores apresentada no tópico 16 deste Termo de Referência reflete uma análise minuciosa da estrutura de custos necessária para a execução do objeto sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra e demanda. Esta avaliação não se limita a um somatório de salários, mas representa análise de uma solução integrada que engloba custos diretos de pessoal, insumos operacionais e uma logística complexa de atendimento distribuída por diferentes ambientes do TJPA. No que tange aos postos de trabalho, o valor

estimado foi balizado pelas convenções coletivas de trabalho vigentes para as categorias de Jardineiro e Auxiliar de Serviços Gerais, garantindo que a proposta cubra não apenas a remuneração base e os encargos sociais e trabalhistas, mas também as provisões necessárias para a segurança jurídica do Tribunal, como benefícios e encargos de reserva. A opção por manter esses profissionais fixos nas unidades de maior criticidade, como o Prédio Sede, o Fórum Cível e a SETIC, demonstra-se altamente eficiente ao eliminar o custo de deslocamentos diários e garantir uma manutenção preventiva ininterrupta, preservando o valor do patrimônio público de forma contínua.

Além disso, a avaliação global considera o fornecimento integral de maquinário motorizado, ferramentas e insumos, como adubos e terras adubadas, assegurando que o preço estimado reflita a totalidade da operação sem gerar gastos extraordinários futuros. O Benefício e Despesas Indiretas (BDI) inserido na estimativa foi dimensionado para atrair empresas com solidez operacional, capazes de suportar as variações de custo de insumos e garantir o fornecimento rigoroso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Em suma, a tabela de valores do tópico 16 consolida um modelo de gestão onde o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, almeja o melhor equilíbrio entre o custo de mercado e a alta qualidade técnica exigida para a manutenção das suas áreas verdes.

Por fim, o detalhamento dos quantitativos de metragem quadrada e cúbica estão devidamente dispostos nas tabelas constantes do item 8.1.1.

16.1. Métrica do Valor Estimado

☐ Mediana

☐ Média (padrão)

☐ Menor Preço

Justificativa:

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - art. 30, §1º, inciso XVIII da IN nº 01/2023

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: SEADM

Dotação Orçamentária: 2026/223 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário – 040102.

Programa de Trabalho: 04.102.02.122.1421.8195 - Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - **Apoio** Indireto à Atividade Judicante

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Fonte de Recurso: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC.

Item Despesa: 1575 - Jardinagem e Paisagismo – **RMB**.

Gestão/Unidade: SEADM

Dotação Orçamentária: 2028/209 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102.

Programa de Trabalho: 04.102.02.122.1421.8193 - Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - **1º Grau.**

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Fonte de Recurso: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC.

Item Despesa: 2836 - Jardinagem e Paisagismo - **Comarcas.**

18. SANÇÕES APLICÁVEIS E GRADAÇÕES – art. 30, §1º, inciso XIX da IN nº 01/2023

Para definições e aplicações dos subitens tratados neste tópico, o normativo balizador é a Instrução Normativa nº 003/2024-GP, que regulamenta, no âmbito do TJPA, o processo administrativo sancionatório e a dosimetria na aplicação de penalidades definidas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações (art. 6º da IN nº 003/2024-GP):

- a) dar causa à inexecução total das obrigações constantes do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial das obrigações constantes do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total das obrigações constantes do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida na etapa de seleção do fornecedor ou execução das obrigações constantes do contrato, mesmo após realização de diligências;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Aos licitantes ou às empresas que praticarem algumas das infrações administrativas previstas acima, ficarão sujeitos às seguintes sanções administrativas:

- a) advertência;
- b) multa: moratória e/ou compensatória;
- c) impedimento de licitar e contratar com o Estado do Pará pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida, entendendo-se como qual o fato gerador a ser imputado à hipótese normativa - leve, média, grave ou gravíssima;

- b) as peculiaridades do caso concreto, nos termos do art. 5º da Lei 14.133, de 2021, e do art. 22 da LINDB;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que da infração provierem para a Administração Pública; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

Com fundamento no Capítulo II da IN nº 003/2024-GP, a Empresa:

Será sancionada com advertência nas hipóteses de descumprimento das obrigações contratuais que não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos e ao interesse coletivo e que não justifique a imposição de penalidade mais grave. A sanção de advertência somente será aplicada durante a vigência do contrato. Ficará impedida de licitar e contratar no âmbito do Estado do Pará pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato ou instrumento correspondente, quando praticar as seguintes infrações e não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo (de três meses a dois anos);
- b) dar causa à inexecução total da ATA (de seis meses a três anos);
- c) deixar de entregar a documentação exigida na etapa de seleção do fornecedor ou execução da ATA, mesmo após realização de diligências (de dois meses a seis meses);
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (de dois meses a um ano);
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (de seis meses a um ano);
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado (de três meses a um ano).

Será declarada inidônea para licitar e contratar quaisquer órgãos do Poder Público, em qualquer nível federativo, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticar as seguintes infrações, nos termos dos artigos 25 e 26, da IN nº 003/2024-GP:

- a) aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Estado do Pará, que impliquem danos financeiros significativos para o TJPA, impactos severos na eficiência do contrato ou nas rotinas administrativas;
- b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou de prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) fraudar a licitação ou de praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo ou de cometer fraude de qualquer natureza
- e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, por qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2021, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) ou superior a 30% (trinta por cento) do valor total do empenho. total do empenho. A multa compensatória será aplicada para o caso de inexecução parcial ou total do contrato nos seguintes percentuais e condições:

- a) De 20% (vinte por cento) do valor da parcela do serviço não prestado, no caso de inexecução parcial do contrato;
- b) De 30% (trinta por cento) do valor total do empenho, no caso de inexecução total do contrato.

A inexecução parcial do contrato restará configurado, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA:

- a) Atrasar em prazo inferior a 30 (trinta) dias a entrega do objeto (solicitação de serviços pela fiscalização do contrato ou atraso do cronograma) e este, apesar de realizado, não ocorreu em sua totalidade.
- b) Ou se apenas parte do serviço for realizada

A inexecução total do contrato restará configurada, entre outras hipóteses, quando a EMPRESA:

- a) Atrasar a entrega do objeto em prazo superior a 30 (trinta) dias e a sua totalidade não for entregue.
- b) Ou quando a empresa falhar completamente em cumprir o objeto do contrato, como indisponibilidade integral dos serviços contratados.

A multa de mora será aplicada quando a EMPRESA ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado e aceito pela TJPB, entre outras hipóteses:

- a) Em 0,5% (cinco décimos por cento) do valor unitário do produto, por dia e produto em atraso.
- b) Em 0,5% (cinco décimos por cento) por dia até o 30º (trigésimo) dia no caso de recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, inexecução total do objeto, ou da necessidade de cancelamento da nota de empenho, sem prejuízo da aplicação do disposto nos itens anteriores.

Além das multas compensatórias por inexecução parcial ou total do contrato e das multas de mora estabelecidas, serão aplicadas multas por descumprimento de obrigação contratual, entre outras hipóteses, nos seguintes percentuais e condições:

- a) 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor do empenho, quando a EMPRESA entregar o objeto com especificações incompatíveis com as exigidas do contrato ou no edital e anexos da licitação que deu origem à adjudicação.

Fica dispensada, a critério da autoridade competente da unidade demandante, a formalização de solicitação de instauração de processo administrativo de apuração de responsabilidade, quando a soma dos valores atribuídos à empresa for considerada irrisória (art. 20, parágrafo único, incisos I e II, da IN nº 003/2024-GP).

A aplicação de penalidades à contratada será precedida de processo administrativo, assegurando o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos termos do art. 5º, inciso LV da Constituição Federal e do art. 158 da Lei nº 14.133/2021. Além disso, serão observados os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, e, inclusive, o devido processo legal.

19. DA PADRONIZAÇÃO

Modelo (mês/ano): outubro/2025

Indicar a data de retirada no Portal das Contratações: 22/10/2025

20. DATA E LOCAL DE ELABORAÇÃO E ASSINATURA DA EQUIPE

Belém/PA, 26 de março de 2026.

ÊNIO DE OLIVEIRA REBOUÇAS
Integrante Requisitante

HELTON MOURA DA ROCHA
Integrante Técnico

LORENA LARISSE DE ARAUJO REGO
Integrante Administrativo

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

AO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Ref.: Licitação nº ____/____

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de jardinagem, conservação e manutenção de áreas verdes nas unidades do TJPA situadas em Belém/Região Metropolitana e/ou Marabá.

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu responsável técnico/legal abaixo assinado, DECLARA, para os devidos fins, que:

1. Optou por não realizar a vistoria técnica facultativa prevista no Termo de Referência;
2. Possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, dos locais de execução, das especificações técnicas, dos quantitativos e das demais exigências constantes do edital e seus anexos;
3. Assume total responsabilidade pela elaboração de sua proposta, não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento de quaisquer informações ou condições que possam influenciar na execução contratual;
4. Compromete-se a executar integralmente o objeto contratual, caso vencedora, observando todas as condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.

Local: _____

Data: ____/____/____

[Assinatura]

[Nome do responsável técnico/legal]

[Cargo]

ANEXO II

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS)

Contrato nº: xx/2026

Objeto: Serviços de jardinagem, conservação e manutenção de áreas verdes

Lote: () Belém/Região Metropolitana () Marabá

Empresa contratada: _____

Período avaliado: ____/____/____ a ____/____/____

Servidor responsável: _____

1. METODOLOGIA GERAL

- Pontuação máxima mensal: 100 pontos
- A pontuação de cada indicador será atribuída conforme os critérios objetivos abaixo.
- A pontuação é automática conforme a faixa atingida.
- Serão considerados, para fins de pontuação, exclusivamente registros formais devidamente documentados pela fiscalização do contrato.

2. INDICADORES OBJETIVOS DE DESEMPENHO

INDICADOR 1 – Cumprimento do Cronograma de Manutenção (Peso: 20 pontos)

Métrica: Percentual de atividades previstas no cronograma mensal efetivamente executadas no prazo.

Cálculo: $(\text{Atividades executadas no prazo} \div \text{Atividades previstas no mês}) \times 100$

Percentual apurado	Pontuação
90% a 100%	20 pontos
80% a 89,99%	18 pontos
70% a 79,99%	15 pontos
60% a 69,99%	10 pontos
Abaixo de 60%	0 ponto

Percentual apurado: _____ %

Pontuação obtida: _____

INDICADOR 2 – Qualidade da Conservação das Áreas Verdes (Peso: 20 pontos)

Métrica: Número de ocorrências formais registradas pela fiscalização relativas a falhas de execução (mato alto, acúmulo de resíduos, falhas de roçagem, acabamento inadequado).

Ocorrências registradas no mês	Pontuação
0 a 1 ocorrência	20 pontos
2 ocorrências	15 pontos
3 a 4 ocorrências	12 pontos
5 ocorrências	10 pontos
6 ou mais ocorrências	0 ponto

Número de ocorrências: _____

Pontuação obtida: _____

INDICADOR 3 – Atendimento a Demandas Extraordinárias (Poda/Aceiro etc.) (Peso: 20 pontos)

Aplicar a avaliação do indicador 3 conforme as situações abaixo:

Situação 1: quando houver até 4 solicitações emitidas no mês

Métrica: Número de solicitações formais enviadas por e-mail pela fiscalização que foram atendidas fora do prazo expressamente estipulado

Situação no mês	Pontuação
Nenhuma solicitação formal emitida	20 pontos
Todas atendidas no prazo	20 pontos
1 solicitação fora do prazo	15 pontos
2 solicitações fora do prazo	10 pontos
3 ou 4 solicitações fora do prazo	0 ponto

Pontuação obtida: _____

Situação 2: quando houver mais de 4 solicitações emitidas no mês

Métrica: Percentual de solicitações atendidas dentro do prazo estipulado.

Cálculo: $(\text{Solicitações atendidas no prazo} \div \text{Total de solicitações emitidas no mês}) \times 100$

Situação no mês	Pontuação
90% a 100%	20 pontos
80% a 89,99%	18 pontos
70% a 79,99%	15 pontos
60% a 69,99%	10 pontos
Abaixo de 60%	0 ponto

Pontuação obtida: _____

- Serão consideradas apenas solicitações formais encaminhadas pela fiscalização por e-mail, nas quais conste expressamente o prazo para atendimento.

- Na hipótese de não haver solicitações extraordinárias no período avaliado, será atribuída pontuação máxima ao indicador.

INDICADOR 4 – Conformidade com Normas de Segurança (EPIs/EPCs) (Peso: 15 pontos)

Métrica: Número de registros formais de não conformidade relacionados ao uso de EPIs/EPCs.

Não conformidades registradas	Pontuação
0	15 pontos
1	10 pontos
2	5 pontos
3 ou mais	0 ponto

Número de registros: _____

Pontuação obtida: _____

INDICADOR 5 – Destinação Ambientalmente Adequada de Resíduos (Peso: 15 pontos)

Métrica: Comprovação documental da destinação correta dos resíduos gerados no período.

Situação verificada	Pontuação
Comprovação integral apresentada	15 pontos
Comprovação parcial	10 pontos
Ausência de comprovação	0 ponto

Situação apurada: _____

Pontuação obtida: _____

- Será considerada comprovação integral quando houver apresentação de documentação que comprove a destinação ambientalmente adequada de **100% (cem por cento)** do volume de resíduos gerados no período avaliado.

- Será considerada comprovação parcial quando a documentação apresentada comprovar a destinação de **60% (sessenta por cento) ou mais e menos de 100%** do volume total de resíduos gerados no período.

- Será considerada ausência de comprovação quando a documentação apresentada comprovar a destinação **de menos de 60% (sessenta por cento)** do volume total de resíduos gerados no período.

INDICADOR 6 – Conservação e Manutenção dos Equipamentos (Peso: 10 pontos)

Métrica: Número de registros formais de uso inadequado ou falhas por ausência de manutenção preventiva.

Ocorrências registradas	Pontuação
0	10 pontos
1	8 pontos
2	5 pontos
3 ou mais	0 ponto

Número de registros: _____

Pontuação obtida: _____

3. RESULTADO

Descrição	Pontuação
Indicador 1	_____
Indicador 2	_____
Indicador 3	_____
Indicador 4	_____
Indicador 5	_____
Indicador 6	_____
TOTAL	_____ / 100

4. FAIXA DE DESEMPENHO CONTRATUAL

Pontuação Final	Classificação	Reduções sobre o valor da fatura mensal
85 a 100	Excelente	0% sobre o valor da fatura
70 a 84	Satisfatório	2% sobre o valor da fatura
50 a 69	Regular	4% sobre o valor da fatura
Abaixo de 50	Insatisfatório	8% sobre o valor da fatura

5. REGISTRO DE EVIDÊNCIAS (se houver)

- () Relatórios mensais
- () Registro fotográfico
- () Solicitações formais por e-mail
- () Controle de frequência

() Notificações formais

() Outros: _____

Servidor Responsável
Matrícula



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº. XXX CELEBRADO ENTRE TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA..... PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES, INCLUINDO MÃO DE OBRA SOB REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA E ENGLOBANDO ATIVIDADES COMO PODA, ROÇAGEM E OUTROS, INCLUSIVE FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO, INSUMOS, EQUIPAMENTOS E MAQUINÁRIOS NECESSÁRIOS E ADEQUADOS PARA A SUA EXECUÇÃO

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, órgão do Poder Judiciário, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 3089, bairro do Souza, na cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66.613-710, inscrito no CNPJ nº 04.567.897/0001-90, neste ato representado, por força da delegação de competência conferida pela Portaria nº 823/2023-GP, de 24 de fevereiro de 2023, pelo Secretário de Administração, Senhor **MAURÍCIO CRISPINO GOMES**, brasileiro, domiciliado em Belém, capital do Estado do Pará, matrícula funcional nº 70149, designado por meio da Portaria nº 717/2025-GP, de 3 de fevereiro de 2025, publicada no Diário da Justiça em 4 de fevereiro de 2025, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa XXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. XXXXXXXXXXXXX, com endereço na XXXXXXXXXXXX, bairro XXXXX, cidade de XXXXX, Estado de XXXXXXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], *conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]*, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



CLÁUSULA PRIMEIRA – ORIGEM

O presente contrato é decorrente do Pregão Eletrônico nº 016/TJPA/2026, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 0020136-96.2025.8.14.0900, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de jardinagem, conservação e manutenção de áreas verdes, incluindo mão de obra sob regime de dedicação exclusiva e englobando atividades como poda, roçagem e outros, inclusive fornecimento de materiais de consumo, insumos, equipamentos e maquinários necessários e adequados para a sua execução, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência, para atender as necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA

PARÁGRAFO ÚNICO. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O edital
- b) O Termo de Referência;
- c) A Proposta do CONTRATADO;
- d) Anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir da data da assinatura do contrato, observados os quantitativos e especificações deste Termo de Referência. O contrato poderá ser prorrogado por igual período, respeitada a vigência máxima decenal, conforme os arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



- 1.1 Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 1.2 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 1.3 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 1.4 Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 1.5 Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação;

PARÁGRAFO SEGUNDO. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

PARÁGRAFO QUARTO. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

PARÁGRAFO QUINTO. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

PARÁGRAFO SEXTO. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS**



CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

Para a execução do objeto deste Contrato, não será admitida a subcontratação, devendo a CONTRATADA realizar integralmente os serviços por seus próprios meios, conforme estabelecido no Termo de Referência

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

O valor mensal da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxx)**, perfazendo o valor total de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxx)**, durante o período de 24 (vinte e quatro) meses.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO

O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

a) Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: da data do acordo, convenção paradigma ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada à data-base destes instrumentos;

b) Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

PARÁGRAFO QUARTO. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

PARÁGRAFO QUINTO. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

PARÁGRAFO SEXTO. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

PARÁGRAFO SÉTIMO. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



a) A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

b) Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

PARÁGRAFO OITAVO. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

a) A repactuação será realizada com base na apuração da diferença do percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

b) Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

c) A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

PARÁGRAFO NONO. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento INPC, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

PARÁGRAFO DÉCIMO. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO. O pedido de repactuação deverá ser formulado pelo Contratado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida, a pedido do Contratado ao Contratante, cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do fornecimento da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados pelo Contratado, nos termos do art. 55, § 1º da Instrução Normativa n. 01/2023-GP do Tribunal de Justiça do Pará.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou deixar de apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha coberta a proporção acrescida em relação ao valor contratado.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, apresentando todos os documentos comprobatórios, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante na Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que devidamente comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

CLÁUSULA NONA – REAJUSTE DOS PREÇOS CONTRATADOS

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **xx/xx/xxxxx**.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



PARÁGRAFO PRIMEIRO. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

PARÁGRAFO TERCEIRO. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

PARÁGRAFO QUARTO. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

PARÁGRAFO QUINTO. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO SEXTO. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

PARÁGRAFO SÉTIMO. O reajuste será realizado por apostilamento

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RETENÇÃO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS

Deverá ser observada a determinação disposta no artigo 12º da Resolução Nº 651/2025 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. As rubricas de encargos trabalhistas, relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



incidência dos encargos previdenciários e FGTS (INSS, SESI, SESC, SENAI, SENAC, INCRA, SALÁRIO EDUCAÇÃO, FGTS, RAT+FAT, SEBRAE etc.) sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, devem ser deduzidas do pagamento do valor mensal devido à contratada e depositadas exclusivamente em banco público oficial.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os depósitos de que trata o subitem anterior devem ser efetivados em conta-depósito vinculada e bloqueada para movimentação, sendo absolutamente impenhoráveis, conforme o [art. 121, § 4º, da Lei nº 14.133/2021](#), aberta no nome da contratada por cada encargo (nome da conta) e por contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por autorização do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O banco público oficial será o Banco do Estado do Pará, conforme Acordo de Cooperação em processo de formalização, e em relação às tarifas bancárias (abertura, manutenção e movimentação), será praticada “tarifa zero”.

PARÁGRAFO QUARTO. Os depósitos serão efetuados sem prejuízo da retenção, na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas previstas na legislação própria.

PARÁGRAFO QUINTO. O Tribunal de Justiça do Estado do Pará realizará a retenção sobre o montante mensal do pagamento devido à empresa dos valores correspondentes ao somatório das seguintes rubricas:

- a) 13º salário;
- b) Férias + Abono Férias
- c) Multa do FGTS;
- d) Impacto sobre férias e 13º salário;

PARÁGRAFO SEXTO. Os percentuais que serão fixados na execução contratual, deverão ser substituídos pelos existentes na planilha de custos e formação de preços do licitante vencedor do Certame.

ITEM	%
13º Salário	X,XX
Férias + Abono Férias	XX,XX



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



**COORDENADORIA
DE CONVÊNIOS
E CONTRATOS**
DA SECRETARIA
DE ADMINISTRAÇÃO

Multa do FGTS	X,XX
Impactos s/férias e 13º	X,XX
TOTAL PERCENTUAL DAS RETENÇÕES	XX,XX

****Os percentuais deverão ser extraídos da planilha da licitante vencedora.**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RETENÇÃO DE FATURAS E DO PAGAMENTO DIRETO AOS EMPREGADOS DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em caráter excepcional e devidamente motivado, caso seja identificado, por meio de denúncia, fiscalização, auditoria ou outro meio idôneo, o inadimplemento das obrigações trabalhistas pela CONTRATADA, notadamente o não pagamento de salários, férias, 13º salário, verbas rescisórias, benefícios ou encargos sociais devidos aos empregados efetivamente alocados na execução dos serviços contratados, poderá o CONTRATANTE reter parcial ou integralmente o valor da fatura devida à CONTRATADA, com o fim exclusivo de realizar o pagamento direto aos trabalhadores prejudicados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Antes da adoção dessa medida, será instaurado o devido processo administrativo, observando-se:

- a) Notificação prévia da CONTRATADA para manifestação e eventual regularização no prazo de até 5 (cinco) dias úteis;
- b) Apresentação de documentos que comprovem a inadimplência, podendo ser fornecidos pelos trabalhadores, sindicato representativo, auditoria da Administração ou outros meios lícitos;
- c) Garantia do contraditório e da ampla defesa à empresa contratada.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Persistindo a inadimplência após o prazo concedido, poderá, como medida excepcional de mitigação de riscos e sem assunção de responsabilidade trabalhista, promover o pagamento direto aos trabalhadores, exclusivamente com recursos retidos da fatura da contratada, mediante apresentação de relação de beneficiários, valores a serem pagos e documentação suporte (comprovantes de vínculo, planilha de cálculos etc.), devendo o valor correspondente ser integralmente abatido da fatura retida, como quitação parcial ou total da obrigação da Administração para com a CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUARTO - A adoção dessa medida não afasta a responsabilidade da CONTRATADA por eventuais encargos, multas ou penalidades decorrentes do



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS**



inadimplemento, tampouco implica em reconhecimento de vínculo empregatício entre o CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO - O exercício dessa prerrogativa será devidamente registrado nos autos do processo administrativo de contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO. As obrigações do CONTRATANTE são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Contrato, bem como as disposições abaixo:

- 1) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 2) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3) Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 4) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 5) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 7) Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8) Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
 - 8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - 8.2. Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



- 8.3. Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- 8.4. Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.5. Demandar o funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 8.6. Prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.8. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período, por interesse do contratante.
- 9) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 dias, contados da data do fornecimento da documentação comprobatória, nos termos do art. 56, § 1º da Instrução Normativa n. 01/2023-GP do Tribunal de Justiça do Pará e do art. 92, inciso XI, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 11) Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 13) Caso se aplique, exigir da CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato e, posteriormente, de forma semestral, a comprovação do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



cumprimento da política afirmativa de inclusão social, nos termos da Resolução CNJ nº 497/2023, devendo ser preenchido um percentual de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total dos postos de trabalho por mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, a fim de fomentar a redução das desigualdades e a inclusão dessas mulheres no mercado de trabalho. Tal exigência encontra-se também fundamentada na Portaria nº 513/2025 – GP, de 31 de janeiro de 2025, que dispõe, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, sobre a reserva de vagas destinadas às mulheres em situação de vulnerabilidade econômico-social nas contratações sob sua competência, e regulamenta as ações de equidade entre homens e mulheres como critério de desempate em processos licitatórios.

13.1. Considera-se mulher em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, para fins do disposto no item anterior:

13.1.1. Mulheres vítimas de violência física, moral, patrimonial, psicológica ou sexual, em razão do gênero, no contexto doméstico e familiar;

13.1.2. Mulheres trans e travestis;

13.1.3. Mulheres migrantes e refugiadas;

13.1.4. Mulheres em situação de rua;

13.1.5. Mulheres egressas do sistema prisional;

13.1.6. Mulheres indígenas, camponesas e quilombolas.

13.2. Garantir que, dentre as vagas reservadas:

13.2.1. Pelo menos 50% (cinquenta por cento) sejam destinadas a mulheres vítimas de violência no contexto doméstico e familiar;

13.2.2. As demais sejam preenchidas por mulheres pertencentes aos grupos indicados nas alíneas “13.1.2” a “13.1.6” do item 13.1, conforme definição da CONTRATANTE, observadas as peculiaridades regionais;

13.3. As vagas sejam destinadas prioritariamente a mulheres pretas e pardas.

13.4 Exigir da CONTRATADA a manutenção do percentual mínimo estabelecido no item 13 durante toda a execução contratual, conforme os normativos aplicáveis.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



13.5 Reconhecer que a indisponibilidade de mão de obra qualificada não caracteriza descumprimento do disposto no item 13, desde que comprovada pela CONTRATADA.

13.6 Na hipótese do não preenchimento da cota prevista para as mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, conforme disposto no subitem 13, a CONTRATADA deverá comprovar que envidou, de forma inequívoca, todos os esforços para que as vagas reservadas fossem efetivamente preenchidas.

13.7 Fiscalizar o cumprimento integral das políticas afirmativas de inclusão, garantindo que, na ausência de mulheres em situação de especial vulnerabilidade, as vagas remanescentes sejam revertidas para outras trabalhadoras mulheres, conforme estabelecido na norma supracitada.

13.8 As obrigações previstas nas cláusulas anteriores, relativas à política afirmativa de inclusão de mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, nos termos da Resolução nº 497/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Portaria nº 513/2025 – GP/TJPA, aplicam-se expressamente aos contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, especialmente àqueles que envolvem atividades de segurança pessoal privada armada e de vigilância armada, devendo a CONTRATANTE assegurar a observância integral dos percentuais de reserva de vagas, da manutenção durante toda a execução contratual e da fiscalização do cumprimento dessas medidas de inclusão social.

14) Fiscalizar o cumprimento da paridade de gênero ao longo de toda a execução do contrato, assegurando a manutenção do percentual mínimo de 50% de mulheres nas funções contratadas, conforme previsto no artigo 2º da Resolução nº 540/2023 do CNJ.

14.1 Na hipótese de não preenchimento do percentual mínimo, a CONTRATANTE será responsável por avaliar e validar a justificativa encaminhada pela CONTRATADA.

15) Exigir da CONTRATADA, durante todo o período de execução do contrato, o cumprimento da política de empregabilidade de reabilitados e pessoas com deficiência, conforme art. 93 da Lei 8.213/1991 e art. 10 da Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



15.1 Considera-se a porcentagem sobre o número de empregados que a contratada possui e não sobre o total de postos de serviços previstos neste Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

PARÁGRAFO PRIMEIRO. As obrigações do(a) CONTRATADO (A) são aquelas previstas neste contrato e no Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda as obrigações a seguir:

- 1) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 2) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 3) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 4.1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 4.4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4.5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



- 5) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 6) Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 7) Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 8) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 11) Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 12) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 13) Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



- 14) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos fiscais do TJPA, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 15) Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 16) Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 17) Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 18) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 19) Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 20) Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 21) Assegurar aos trabalhadores alocados à prestação do serviço a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades do serviço;
- 22) Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 23) A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 24) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

25) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

26) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

27) Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

28) Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

29) Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

30) Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

31) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

32) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

33) Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



- 34) Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 35) Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 36) Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 37) Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 38) Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 39) Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 40) Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 41) Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



42) Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

43) Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

44) Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

44.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

44.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

45) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

46) A empresa deve observar a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, conforme a Resolução CNJ nº 518/2023, e, para garantir seu cumprimento, deverá promover módulo obrigatório de capacitação aos empregados envolvidos na execução contratual, abordando condutas vedadas, medidas de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



prevenção, canais de denúncia e responsabilidades relacionadas ao tema, comprovando sua realização sempre que solicitado pela Administração;

47) Caso se aplique, a CONTRATADA deverá, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato e, posteriormente, de forma semestral, comprovar o cumprimento da política afirmativa de inclusão social, nos termos da Resolução CNJ nº 497/2023 e da Portaria nº 513/2025 – GP, de 31 de janeiro de 2025,, assegurando que ao menos 5% (cinco por cento) dos postos de trabalho vinculados à execução contratual sejam ocupados por mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, como medida de promoção da redução das desigualdades e de incentivo à inclusão dessas mulheres no mercado de trabalho.

47.1 Para cumprimento do subitem acima, os licitantes podem se valer do acordo de cooperação técnica n.º 029/2023 celebrado pelo TJPA com a Fundação PARAPAZ e outros, onde consta que a fundação deverá elaborar banco de dados de mulheres vítimas de violência doméstica e disponibilizar às empresas quando demandada.

47.1.2 Na hipótese do não preenchimento da cota prevista no subitem 47, a CONTRATADA deverá comprovar que envidou, de forma inequívoca, todos os esforços para que as vagas reservadas fossem efetivamente preenchidas.

47.1.3 Na ausência de candidatas em condição de especial vulnerabilidade, as vagas remanescentes deverão ser preenchidas por outras mulheres, respeitando a proporcionalidade de gênero e os critérios de equidade estabelecidos pela CONTRATANTE.

48) A CONTRATADA compromete-se a manter a paridade de gênero, com ocupação mínima de 50% de mulheres em cada função contratada, nos termos do art. 2º da Resolução CNJ nº 540/2023.

48.1 Para o cumprimento do disposto no item anterior, considera-se mulher toda pessoa que se identifique como mulher cisgênero, mulher transgênero ou de identidade fluida.

49.2 Na hipótese de não ser possível atingir o percentual de 50%, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa formal, que será avaliada pela CONTRATANTE.

49) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a política de empregabilidade de pessoas reabilitadas e com deficiência, em conformidade com o disposto no art. 93 da



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS**



Lei nº 8.213/1991 e no art. 10 da Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

49.1 A porcentagem obrigatória de contratação deverá incidir sobre o número total de empregados da CONTRATADA, e não apenas sobre os postos de trabalho previstos neste Termo de Referência.

49.2 Para facilitar o cumprimento da cota legal, a CONTRATADA poderá consultar o banco de dados da Associação Paraense das Pessoas com Deficiência, localizada na Passagem Alberto Engelhard, 213 – São Brás, Belém/PA, CEP 66040-520, que poderá auxiliar no acesso a candidatos reabilitados e/ou com deficiência aptos ao mercado de trabalho.

49.3 Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao CONTRATANTE exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução das obrigações e do desempenho do CONTRATADO, sem prejuízo do dever desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados, por meio dos servidores elencados na equipe de gestão e fiscalização do Termo de Referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O CONTRATADO declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A existência e a atuação da fiscalização do CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade integral e exclusiva do CONTRATADO quanto à integridade e à correção da execução das prestações a que se obrigou, suas consequências e implicações perante terceiros, próximas ou remotas.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS**



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

PARÁGRAFO SEGUNDO. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

PARÁGRAFO QUARTO. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

PARÁGRAFO QUINTO. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

PARÁGRAFO SEXTO. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

PARÁGRAFO SÉTIMO. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



PARÁGRAFO OITAVO. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

PARÁGRAFO NONO. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

PARÁGRAFO DÉCIMO. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados) por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade de até 90 (noventa) dias após o seu encerramento, conforme art. 8, VI, do Decreto 9.507/2018, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subseqüentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



- 1) A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 2) Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 3) A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4) Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

PARÁGRAFO QUARTO. Caso o CONTRATADO não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

PARÁGRAFO QUINTO. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica indicada pela Secretaria de Planejamento do TJPA, com correção monetária.

PARÁGRAFO SEXTO. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

PARÁGRAFO SÉTIMO. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



PARÁGRAFO OITAVO. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

- 1) O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

PARÁGRAFO NONO. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

- 1) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas por culpa da CONTRATADA, assegurados ampla defesa e contraditório;

- 1) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO. Em caso de seguro - garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

- 1) A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 2) A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS**



esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A Garantia deverá contemplar a cobertura de riscos, independentemente da modalidade adotada, incluindo os prejuízos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A garantia de responsabilidade civil obedecerá às mesmas regras elencadas no item 5.11.1 e seguintes do Termo de Referência.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O prazo de validade da garantia será do início do Contrato até 90 (noventa) dias após o seu encerramento, conforme art. 8, VI, do Decreto 9.507/2018.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida na etapa de seleção do fornecedor ou execução do contrato, mesmo após realização de diligências;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

2.1 Advertência;

2.1.2 - Será sancionada com advertência nas hipóteses de descumprimento das obrigações contratuais que não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos e ao interesse coletivo e que não justifique a imposição de penalidade mais grave.

2.1.3 - A sanção de advertência somente será aplicada durante a vigência do contrato.

2.2 Impedimento de licitar e contratar;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



2.2.1 A contratada ficará impedida de licitar e contratar no âmbito do Estado do Pará pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato ou instrumento correspondente, quando praticar as seguintes infrações e não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado.

2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar

2.3.1 Será declarada inidônea para licitar e contratar quaisquer órgãos do Poder Público, em qualquer nível federativo, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticar as seguintes infrações:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou de prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou de praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou de cometer fraude de qualquer natureza
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

2.4 Multa:

A aplicação se dará conforme o item– DAS SANÇÕES APLICÁVEIS E GRADAÇÕES, do Termo de Referência (Anexo I).

PARÁGRAFO TERCEIRO. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 58 da Instrução Normativa n. 03/2024-GP do TJPA e art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



PARÁGRAFO QUARTO. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 7º, §1º da Instrução Normativa n. 03/2024-GP do TJPA e art. 156, § 7º, da lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUINTO. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua notificação (art. 39 da Instrução Normativa n. 03/2024-GP do TJPA e art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SEXTO. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SÉTIMO. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO OITAVO. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo de apuração de responsabilidade que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021 e na Instrução Normativa n. 03/2024-GP que regulamentou, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará - TJPA, o procedimento para apuração e aplicação das penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

PARÁGRAFO NONO. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 28 da Instrução Normativa n. 03/2024-GP do TJPA e art. 156, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



PARÁGRAFO DÉCIMO. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei, no art. 159.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), SICAF e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO. Os débitos do contratado para com a contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

2.1 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

2.2 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

PARÁGRAFO QUARTO. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

PARÁGRAFO QUINTO. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

PARÁGRAFO SEXTO. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

18.6.1 Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.6.2 Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.6.3 Das indenizações e multas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



PARÁGRAFO SÉTIMO. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, conforme dispõe o art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO OITAVO. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

PARÁGRAFO NONO. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

PARÁGRAFO DÉCIMO. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

11.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO. O CONTRATANTE poderá ainda:

- 1) nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 2) nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



PARÁGRAFO SEGUNDO. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

PARÁGRAFO QUARTO. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação serão custeadas com recursos da dotação orçamentária própria do CONTRATANTE, conforme discriminação a seguir:

- Unidade Gestora (UG): XXXXXXXX
- Ação Orçamentária: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
- Elemento de Despesa: XXXXXXXX
- Fonte de Recurso: XXXXXXXXXXXXX759 0000 18

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Observado o disposto na cláusula anterior, permanecendo o conflito de interesse, as partes se comprometem a buscar soluções amigáveis e



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS**



consensuais para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA– DA PUBLICAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO. No prazo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura, o extrato do contrato deverá ser publicado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no Diário Oficial do Estado.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto nº 7.724. de 2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA– DO FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Fica eleito o foro de Belém, capital do Estado do Pará, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO. E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato.

MAURÍCIO CRISPINO GOMES

Secretário de Administração do TJPA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante legal do CONTRATADO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Serviço de Acompanhamento

NOTA TÉCNICA

Belém, 09 de abril de 2026.

NOTA TÉCNICA Nº 218/2026

SEI 0020136-96.2025.8.14.0900

Assunto:

- Análise do Termo de Referência e elaboração de **Planilhas de Custos e Formação de Preços (ilustrativas)**, com vistas a subsidiar o processo licitatório para **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de jardinagem, conservação e manutenção de áreas verdes**, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, abrangendo atividades como poda, roçagem, entre outras, bem como o fornecimento de materiais de consumo, insumos, equipamentos e maquinários necessários à execução dos serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas, visando atender às necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA;
- Apresentação de **resumo quantitativo-financeiro** para o certame licitatório, contemplando as quantidades e os valores estimados;
- Elaboração de **Planilhas de Custos e Formação de Preços (ilustrativas)**, destinadas a subsidiar o certame licitatório.

Anexo 01 – Quadro resumo quantitativo de postos, com respectivos quantitativos e valores;

Anexo 02 – Planilhas de custos e formação de preços (ilustrativas);

Anexo 03 – Estimativa de percentuais a serem praticados para a retenção das verbas trabalhistas – Item 13.2.3 do TR (Resolução 651/2025 do CNJ);

Anexo 04 – Esclarecimentos técnicos considerados na elaboração das planilhas de custos e formação de

preços.

I – CONTEXTO

Trata-se de procedimento administrativo destinado à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de jardinagem, conservação e manutenção de áreas verdes, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, abrangendo atividades como poda, roçagem e correlatas, bem como o fornecimento de materiais de consumo, insumos, equipamentos e maquinários necessários à adequada execução dos serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA.

Registra-se que os autos foram inicialmente submetidos à análise técnica desta unidade, ocasião em que foi elaborada a Nota Técnica nº 142/2026. Posteriormente, o processo retornou para ajustes e demais deliberações pertinentes à adequada instrução processual.

A presente análise fundamenta-se no Mapa Referencial de Preços saneado (Doc. SEI nº 0000528769, Volume V), no Termo de Referência (Doc. SEI nº 0000534903, Volume VI), bem como nas demais informações constantes nos autos, incluindo o Despacho nº 0000531596, que valida a solicitação de despesa, e o despacho subsequente que encaminha o feito para elaboração de nota técnica e das respectivas planilhas de custos.

Nesse contexto, a presente instrução tem por finalidade dar continuidade ao feito, por meio da análise técnica e da **elaboração das Planilhas de Custos e Formação de Preços, em caráter ilustrativo**, as quais subsidiarão o regular prosseguimento do certame licitatório em referência.

II – ANÁLISE TÉCNICA

Considerando o Termo de Referência – TR (Doc. SEI nº 0000534903, Volume VI), considerando também o Mapa Referencial de Preços saneado (Doc. SEI nº 0000528769, Volume V);

1. Buscou-se o novo Termo de Referência – TR (Doc. SEI nº 0000534903, Volume VI), para se verificar a existência de enunciados que representem despesas ou custos para serem transformados em valores e listados na Planilha ilustrativa, em elaboração.
2. Para se obter o valor Global de Referência, buscou-se o **Mapa de Cotação de Preços Saneado (Doc. SEI nº 0000528769, Volume V)**, onde localizou-se o TOTAL ESTIMADO RMB E MARABA (24 MESES) de R\$ 2.335.800,25 (dois milhões, trezentos e trinta e cinco mil, oitocentos reais e vinte e cinco centavos), sendo:

BELÉM – RMB

Seção A – Postos de mão de obra (dedicação contínua – média saneada):

- **Item 1 – Jardineiro:**

Valor médio do posto: **R\$ 11.990,83** (onze mil, novecentos e noventa reais e oitenta e três centavos)

Média mensal: **R\$ 59.954,15** (cinquenta e nove mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e quinze centavos)

Valor para 12 meses: **R\$ 719.449,80** (setecentos e dezenove mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos)

Valor para 24 meses: **R\$ 1.438.899,60** (um milhão, quatrocentos e trinta e oito mil, oitocentos e noventa e nove reais e sessenta centavos)

- **Item 2 – Auxiliar de Serviços Gerais:**

Valor médio do posto: **R\$ 9.969,01** (nove mil, novecentos e sessenta e nove reais e um centavo)

Média mensal: **R\$ 19.938,02** (dezenove mil, novecentos e trinta e oito reais e dois centavos)

Valor para 12 meses: **R\$ 239.256,24** (duzentos e trinta e nove mil, duzentos e cinquenta e seis reais e vinte e quatro centavos)

Valor para 24 meses: **R\$ 478.512,48** (quatrocentos e setenta e oito mil, quinhentos e doze reais e quarenta e oito centavos)

- **Total da Seção A (24 meses): R\$ 1.971.412,08** (um milhão, novecentos e setenta e um mil, quatrocentos e doze reais e oito centavos)

Seção B – Serviços de jardinagem (execução sob demanda):

- **Item 1 – Serviços de poda (200 m³):**

Média Valor unitário: **R\$ 453,37** (quatrocentos e cinquenta e três reais e trinta e sete centavos);

Valor total para 24 meses: **R\$ 90.674,00** (noventa mil, seiscentos e setenta e quatro reais).

- **Item 2 – Aceiro com retirada e destinação de resíduos (200 m²):**

Média Valor unitário: **R\$ 8,30** (oito reais e trinta centavos)

Média Valor total para 24 meses: **R\$ 16.600,00** (dezesesseis mil e seiscentos reais)

- **Total da Seção B (24 meses):**

R\$ 107.274,00 (cento e sete mil, duzentos e setenta e quatro reais)

Total Geral Belém – RMB (24 meses): R\$ 2.024.686,08 (dois milhões, vinte e quatro mil, seiscentos e oitenta e seis reais e oito centavos).Parte superior do formulário

MARABÁ

Seção A – Postos de mão de obra (dedicação contínua – média saneada):

- **Item 1 – Jardineiro:**

Valor médio do posto: **R\$ 12.490,83** (doze mil, quatrocentos e noventa reais e oitenta e três centavos);

Média mensal: **R\$ 12.490,83** (doze mil, quatrocentos e noventa reais e oitenta e três centavos);

Valor para 12 meses: **R\$ 149.889,96** (cento e quarenta e nove mil, oitocentos e oitenta e nove reais e noventa e seis centavos);

Valor para 24 meses: **R\$ 299.779,92** (duzentos e noventa e nove mil, setecentos e setenta e nove reais e noventa e dois centavos);

- **Total da Seção A (24 meses): R\$ 299.779,92** (duzentos e noventa e nove mil, setecentos e setenta e nove reais e noventa e dois centavos).

Seção B – Serviços de jardinagem (execução sob demanda):

- **Item 1 – Serviços de poda (25 m³):**

Valor unitário: **R\$ 453,37** (quatrocentos e cinquenta e três reais e trinta e sete centavos)

Valor total para 24 meses: **R\$ 11.334,25** (onze mil, trezentos e trinta e quatro reais e vinte e cinco centavos)

- **Total da Seção B (24 meses): R\$ 11.334,25** (onze mil, trezentos e trinta e quatro reais e vinte e cinco centavos)

Total Geral Marabá (24 meses): R\$ 311.114,17 (trezentos e onze mil, cento e quatorze reais e dezessete centavos)

3. Em análise ao Termo de Referência, foram identificados os componentes de custos que integrarão a formação do preço dos serviços. Adicionalmente, procedeu-se à verificação da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável, com o objetivo de identificar as obrigações legais e normativas capazes de gerar custos ou despesas a serem consideradas na elaboração da Planilha de Custos e Formação de Preços.

4. Nos termos do item 5.9 do Termo de Referência, verifica-se que:

Da remuneração

a) A remuneração dos profissionais, bem como os demais benefícios, não poderá ser inferior aos estabelecidos em Sentença Normativa, Lei, Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva de Trabalho a qual esteja vinculada a atividade econômica preponderante da Contratada.

4.1) Do exposto acima, depreende-se que cada licitante deverá apresentar sua proposta de acordo com a respectiva filiação sindical, observando que os valores devem ser discriminados de forma detalhada por posto de trabalho e por tipo de serviço, **contemplando, no mínimo, os valores unitário, mensal, anual (12 meses) e para o período contratual estimado de 24 meses.**

4.2) Para a elaboração das Planilhas de Custos e Formação de Preços – ilustrativas, adotou-se como referência a Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre o SEAC e o SINELPA (CCT

2026/2027), registrada sob o nº PA000112/2026, em 10/03/2026, bem como seu Termo Aditivo nº PA000124/2026, registrado em 13/03/2026, ambos com vigência no período de 1º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2027 e data-base da categoria fixada em 1º de janeiro. Destaca-se que, para fins de definição dos custos de mão de obra, foi considerada, especialmente, a Cláusula Terceira – Piso Salarial, a qual estabelece os valores mínimos a serem observados para a categoria profissional abrangida pela contratação.

5. Elaborou-se quadro demonstrativo contemplando os dois lotes a serem licitados, conforme disposto no item 2 do Termo de Referência, no qual constam os quantitativos de postos de trabalho e os respectivos valores unitários e globais. Referidos valores foram extraídos do Mapa Referencial de Preços e estruturados em consonância com as informações constantes no Termo de Referência, na Convenção Coletiva de Trabalho paradigma e nos demais elementos constantes dos autos, conforme detalhamento apresentado no Anexo 1.
6. Ressalta-se que a presente contratação, no âmbito deste Poder, observa carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, conforme estabelecido no item 7.2.1.4 do Termo de Referência, parâmetro este considerado para fins de dimensionamento dos custos de mão de obra nas planilhas elaboradas.
7. Registra-se que, conforme consignado na Nota Técnica nº 142/2026 (Doc. SEI nº 0000499138), foi formulado questionamento acerca da previsão de custos relacionados à eventual concessão de **plano de saúde aos empregados** da contratada vinculados à execução contratual, em consonância com a prática adotada em contratos de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra. Contudo, não houve manifestação conclusiva por parte da equipe de contratação. Ademais, na presente análise do Termo de Referência – TR (Doc. SEI nº 0000534903, Volume VI), **não foi identificada previsão de inclusão dessa despesa na composição dos custos**.
8. Cumpre registrar, ainda, que **não foram identificadas**, no Termo de Referência em análise, previsões de custos relacionados ao **pagamento de diárias, horas extras e adicional noturno**, tampouco à eventual alocação de profissional para **supervisão dos serviços** a serem prestados.
9. Identificou-se, no Termo de Referência, o item 5.9, intitulado “Dos requisitos gerais dos postos”, conforme transcrição a seguir:

Do auxílio transporte

- a) Para fins de composição de custos e formação de preços do vale-transporte, deverão ser considerados os valores praticados nas cidades de Belém/PA e Marabá/PA, observando-se o município correspondente em cada item.*
- b) Desde que solicitado por escrito pelo interessado e, satisfeitas as exigências previstas na legislação pertinente em vigor, a CONTRATADA deverá fornecer valetransporte a todos os seus trabalhadores, nos dias efetivamente trabalhados, para deslocamentos residência – trabalho – residência.*
- c) Para os trabalhadores beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei.*

Do auxílio alimentação

- a) A CONTRATADA deverá conceder a todos os seus funcionários, o Vale Alimentação no valor definido pela respectiva Convenção Coletiva de Trabalho, que será devido por cada dia*

efetivamente trabalhado, devendo tal concessão ocorrer até o 10º (décimo) dia de cada mês.

Na análise das propostas que compuseram o Mapa Referencial de Preços Saneado, identificou-se divergência quanto ao número de dias adotados para o cálculo do auxílio transporte e do auxílio alimentação, tendo uma proposta considerado 26 (vinte e seis) dias e outra 22 (vinte e dois) dias.

Verifica-se, contudo, que o Termo de Referência não estabeleceu quantitativo mensal fixo para tais benefícios, limitando-se a dispor que sua concessão deve observar os dias efetivamente trabalhados. Diante dessa ausência de definição objetiva, adotou-se, por critério técnico e de prudência, nas planilhas de custos ilustrativas, o quantitativo de 22 (vinte e dois) dias, em consonância com a jornada prevista no item 7.2.1.1 do Termo de Referência (segunda a sexta-feira).

No que se refere ao auxílio transporte, manteve-se a diretriz estabelecida no Termo de Referência, segundo a qual os valores devem observar o município de execução dos serviços. Dessa forma, a licitante deverá considerar o valor vigente no município de Marabá/PA para o posto ali localizado, e o valor praticado em Belém/PA para os postos situados em Belém e respectiva região metropolitana.

10. Para fins de análise, adotou-se como referência o disposto no Anexo VII-A, item 11.1, alínea “b”, da Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MPDG, que trata do Capital Circulante Líquido (CCL), conforme detalhamento a seguir:

11. Das condições de habilitação econômico-financeira:

11.1. Nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração deverá exigir:

b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

c) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

Verifica-se que a exigência do percentual mínimo de 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento), referente ao Capital Circulante Líquido (CCL), bem como a comprovação de patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento), incidem sobre o valor estimado da contratação, tomando-se por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, nos termos do Anexo VII-A, item 11.1, alíneas “b” e “c”, da Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MPDG.

No caso em análise, a contratação será inicialmente firmada pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, sob a égide da Lei nº 14.133/2021. Todavia, considerando que os indicadores econômico-financeiros são apurados com base em demonstrações contábeis anuais, mostra-se necessário compatibilizar as grandezas envolvidas à mesma unidade temporal, qual seja, o exercício social.

Dessa forma, para fins de aferição do atendimento aos requisitos de habilitação econômico-financeira, o valor estimado da contratação deve ser considerado proporcionalmente ao período de 12 (doze) meses, correspondente a um exercício social, tanto para a verificação do Capital Circulante Líquido (CCL) quanto para a apuração do patrimônio líquido mínimo exigido.

11. Nesta oportunidade, apresentam-se as alíquotas/percentuais a serem retidos das faturas mensais, em observância à Resolução nº 651/2025 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, e suas atualizações, a qual dispõe sobre a retenção de verbas trabalhistas, devendo tal sistemática ser de conhecimento dos licitantes. Para tanto, foi elaborado **quadro ilustrativo** constante do Anexo 3. **Ressalta-se que, por ocasião da formalização contratual, os referidos percentuais deverão ser substituídos por aqueles constantes das Planilhas de Custos e Formação de Preços da licitante vencedora do certame.**

III – CONCLUSÃO

Após a análise do Termo de Referência, do Mapa Referencial de Preços e da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável à categoria profissional envolvida, conforme exposto na presente análise técnica, **apresenta-se, na sequência, a conclusão, bem como a juntada das Planilhas de Custos e Formação de Preços – em caráter ilustrativo, destinadas a subsidiar o certame licitatório em referência:**

- a) O valor referencial estimado para o certame é de R\$ 2.335.800,25 (dois milhões, trezentos e trinta e cinco mil, oitocentos reais e vinte e cinco centavos), para o período de 24 (vinte e quatro) meses, conforme detalhado no Anexo 01.
- b) Para a composição dos custos, adotou-se o Grau de Risco de 3% no item 2.2 “C” das planilhas elaboradas. Ressalta-se, contudo, que as propostas deverão observar o percentual do FAP (Fator Acidentário de Prevenção) específico de cada licitante, o qual deverá ser comprovado mediante documentação a ser obtida junto ao sítio eletrônico da Previdência Social, a qual deverá ser juntada a proposta apresentada.
- c) No que se refere aos tributos incidentes, estes deverão observar o regime tributário de cada licitante, independentemente do enquadramento adotado nas planilhas ilustrativas. As empresas sujeitas ao regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS, ainda que parcialmente, deverão apresentar memória de cálculo demonstrando a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, com base nas informações constantes da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições (EFD-Contribuições), devendo os respectivos registros ser encaminhados juntamente com a proposta e as planilhas.
- d) Conforme item 9 da Análise Técnica a licitante deverá atentar que, para fins de elaboração da proposta, o Termo de Referência não estabeleceu quantitativo fixo de dias mensais para concessão do auxílio transporte e do auxílio alimentação, razão pela qual foi adotado, na planilha de custos ilustrativa, o quantitativo de 22 (vinte e dois) dias, conforme parâmetro considerado na análise, como forma de padronizar o critério e evitar distorções na formação dos preços, devendo ainda observar que os valores de auxílio transporte deverão corresponder ao município de execução dos serviços, adotando-se o valor praticado em Marabá/PA para o respectivo posto e o valor praticado em Belém/PA para os demais postos localizados naquela localidade.

Diante do exposto, considerando o atendimento ao objeto da presente análise, devolvem-se os autos para regular prosseguimento do feito, com as Planilhas de Custos e Formação de Preços devidamente juntadas no Anexo 01.

GABRIEL LAMEGO PEREIRA

Auxiliar Judiciário

Coordenadoria de Convênios e Contratos.

DE ACORDO,

TAIANA MARINA SOUZA LADEIRA

Chefe do Serviço de Acompanhamento

Coordenadoria de Convênios e Contratos.



Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL LAMEGO PEREIRA, AUXILIAR JUDICIARIO**, em 09/04/2026, às 12:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **TAIANA MARINA SOUZA LADEIRA, CHEFE DO SERVICO DE ACOMPANHAMENTO**, em 09/04/2026, às 14:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.tjpa.jus.br/sei-autenticador> informando o código verificador **0000555698** e o código CRC **F5200BA4**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Coordenadoria de Convênios e Contratos

QUADRO RESUMO - VALORES EXTRAÍDOS DO MAPA REFERENCIAL DE PREÇOS SANEADO - SERVIÇO DE JARDINAGEM - DATA: 25/03/2026 - DOC SEI: 0000528769

LOTE 2 - MARABÁ								
SEÇÃO A - POSTOS DE MÃO DE OBRA (DEDICAÇÃO CONTÍNUA)								
ITEM	DESCRIÇÃO	POSTO	UND	QTD	VLR POSTO	VLR MENSAL	VLR P/ 12 MESES	VLR P/ 24 MESES
1	Serviços permanentes de manutenção e conservação de áreas verdes,incluindo poda de arbustos e árvores de pequeno porte,corte e aparo de grama, roçagem mecanizada,capina manual, irrigação,adubação, limpeza de canteiros, plantio e replantio de mudas ornamentais,controle de pragas e ervas da ninhas, recolhimento e destinação de resíduos vegetais e manutenção paisagística.	JARDINEIRO	UNID	1	R\$ 12.490,83	R\$ 12.490,83	R\$ 149.889,96	R\$ 299.779,92
VALOR TOTAL (24 MESES) - POSTOS DE MÃO DE OBRA (DEDICAÇÃO CONTÍNUA)				1		R\$ 12.490,83	R\$ 149.889,96	R\$ 299.779,92
SEÇÃO B - SERVIÇOS DE JARDINAGEM (EXECUÇÃO SOB DEMANDA)								
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD				VLR P/ 24 MESES	
1	Serviços de Poda com a retirada e destinação de resíduos	M³	200				R\$ 11.334,25	
VALOR TOTAL (24 MESES) - SERVIÇOS DE JARDINAGEM (EXECUÇÃO SOB DEMANDA)							R\$ 11.334,25	
VALOR GLOBAL - MARABÁ							R\$ 311.114,17	
TOTAL ESTIMADO RMB E MARABA (24 MESES)							R\$ 2.335.800,25	



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Coordenadoria de Convênios e Contratos

Anexo 02 – Planilhas de custos e formação de preços (ilustrativas);

JARDINEIRO (44H) - BELÉM E RMB			
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS			
A	Data de apresentação (dia/mês/ano)		
B	Município/UF		Todas as regiões demandadas
C	Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2027		SEAC/PA X SINELPA 2026/2027 - PA000112/2026 e PA000124/2026 (T.A.)
D	Número de Meses da Execução Contratual		12 (Doze) Meses

Tipo de Serviço		Unidade de Medida	Quantidade total a Contratar (em função de unidade de medida)
Jardineiro		Posto de serviço	5
MÓDULO DE MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL UNIDADE DE MEDIDA – TIPOS E QUANTIDADES			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Jardineiro
2	Salário Normativo da Categoria Profissional - CCT - PA000112/2026 e PA000124/2026		R\$ 2.033,28
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		JARDINEIRO (44H) - BELÉM E RMB
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)		01/jan/26

MÓDULO 1			
1	Composição da Remuneração	Dados	Valor (R\$)
1.A	Salário base	R\$ 2.033,28	R\$ 2.033,28
1.B	Adicional de Periculosidade	R\$ -	R\$ -
1.C	Adicional de Insalubridade	R\$ -	R\$ -
1.D	Outros (especificar)	R\$ -	R\$ -
TOTAL MÓDULO 1			R\$ 2.033,28

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS			
2.1	Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,330%	R\$ 169,37
B	Férias e Adicional de Férias	11,110%	R\$ 225,90
	Total Submódulo 2.1	19,440%	R\$ 395,27
C	Incidência do Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e outras contribuições	7,154%	R\$ 145,46
	Total Submódulo 2.1	26,594%	R\$ 540,73

2.2	Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,000%	R\$ 406,66
B	Salário Educação	2,500%	R\$ 50,83
C	SAT - GIL/RAT	3,000%	R\$ 61,00
D	SESC ou Sesi	1,500%	R\$ 30,50
E	SENAI - SENAC	1,000%	R\$ 20,33
F	SEBRAE	0,600%	R\$ 12,20
G	INCRA	0,200%	R\$ 4,07
H	FGTS	8,000%	R\$ 162,66
	Total Submódulo 2.2	36,800%	R\$ 748,25

2.3	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários	Dados	Valor (R\$)
A	Transporte (22 x 2 x R\$ 4,60 - 6% do Salário Base) x (Quant. Funcionários)	R\$ 4,60	R\$ 80,40
B	Auxílio alimentação (22 x R\$ 28,00 - 10% do Total dos Vales) x (Quant. Funcionários)	R\$ 28,00	R\$ 554,40
C	Seguro de Vida com Assistência Funeral e Familiar (Cota Empresa)	R\$ 6,00	R\$ 6,00
D	Auxílio Plano de Assistência e Cuidado Pessoal (PACP)	R\$ 19,90	R\$ 0,06
J	Outros (Especificar)	R\$ -	R\$ -
	Total Submódulo 2.3		R\$ 640,86

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$	540,73
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$	748,25
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$	640,86
	TOTAL MÓDULO 2	R\$	1.929,84

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,423%	R\$ 8,60
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,034%	R\$ 0,69
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,169%	R\$ 3,44
D	Aviso Prévio Trabalhado (7/30)/60*100%	0,389%	R\$ 7,91
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,143%	R\$ 2,91
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,200%	R\$ 65,06
	TOTAL MÓDULO 3	4,358%	R\$ 88,61



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Coordenadoria de Convênios e Contratos

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4.1	Submódulo 4.1 - Ausências Legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,926%	R\$ 37,52
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,278%	R\$ 11,25
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,694%	R\$ 28,14
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	2,083%	R\$ 84,41
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	1,852%	R\$ 75,03
F	Substituto na cobertura de Ausências por Doença	3,333%	R\$ 135,06
	Total Submódulo 4.1	9,167%	R\$ 371,41
4.2	Submódulo 4.2 - Intervalo para repouso/alimentação		Valor (R\$)
A	Intrajornada (<i>usufruído pelo empregado</i>)		R\$ -
	Total Submódulo 4.2		R\$ -

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.1	Ausências Legais	R\$ 371,41
4.2	Intrajornada	R\$ -
	TOTAL MÓDULO 4	R\$ 371,41

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Dados	Valor (R\$)
A	Uniformes e Calçados - Semestral (Valor do Uniforme x Quant. Funcionários)	R\$ 125,00	R\$ 125,00
B	EPIs (Luvas, Óculos, Protetor, etc...) - Mensal (Valor do Material x Quant. Funcionários) - EPI's e EPCs : Item 5.2 do TR	R\$ 180,00	R\$ 180,00
C	Maquinário (Roçadeiras, Podadores, etc...) - Depreciação	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
D	Materiais (Combustível, Nylon, Adubo, etc...) - Consumo	R\$ 1.385,00	R\$ 1.385,00
E	Outros	R\$ -	R\$ -
	TOTAL MÓDULO 5		R\$ 3.690,00

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	20,55%	R\$ 1.666,89
B	Lucro	12,00%	R\$ 1.173,60
	CÁLCULO POR DENTRO		
C	Tributos	8,650%	91,350%
c.1	Tributos Federais		
c.1.1	PIS	0,650%	R\$ 77,94
c.1.2	COFINS	3,000%	R\$ 359,73
c.2	Tributos Estaduais		
c.3	Tributos Municipais		
c.3.1	ISSQN	5,00%	R\$ 599,54
	TOTAL MÓDULO 6		R\$ 3.877,70

QUADRO-RESUMO DO CUSTO ESTIMADO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 2.033,28
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.929,84
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 88,61
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 371,41
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 3.690,00
	Subtotal (A + B + C + D + E)	R\$ 8.113,14
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 3.877,70
	Valor Total por Empregado	R\$ 11.990,83

QUADRO-RESUMO DO VALOR ESTIMADO MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço (A)		Valor Proposto p/Empregado (B)	Qde. Empreg p/Posto (C)	Valor Proposto do Posto (D) = (B) x (C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D) x (E)
I	JARDINEIRO (44H)	R\$ 11.990,83	1	R\$ 11.990,83	5	R\$ 59.954,15



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Coordenadoria de Convênios e Contratos

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (44H) - BELÉM E RMB			
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS			
A	Data de apresentação (dia/mês/ano)		
B	Município/UF		Todas as regiões demandadas
C	Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2027		SEAC/PA X SINELPA 2026/2027 - PA000112/2026 e PA000124/2026 (T.A.)
D	Número de Meses da Execução Contratual		12 (Doze) Meses
Tipo de Serviço		Unidade de Medida	Quantidade total a Contratar (em função de unidade de medida)
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (44H) - BELÉM E RMB		Posto de serviço	2
MÓDULO DE MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL UNIDADE DE MEDIDA – TIPOS E QUANTIDADES			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		XILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (44H) - BELÉM E R
2	Salário Normativo da Categoria Profissional - CCT - PA000112/2026 e PA000124/2026		R\$ 1.694,92
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (44H) - BELÉM
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)		01/jan/26
MÓDULO 1			
1	Composição da Remuneração	Dados	Quantidade Valor (R\$)
1.A	Salário base	R\$ 1.694,92	1 R\$ 1.694,92
1.B	Adicional de Periculosidade	R\$ -	0,00% R\$ -
1.C	Adicional de Insalubridade	R\$ -	0,00% R\$ -
1.D	Outros (especificar)	R\$ -	0,00% R\$ -
TOTAL MÓDULO 1			R\$ 1.694,92
MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
2.1	Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,330%	R\$ 141,19
B	Férias e Adicional de Férias	11,110%	R\$ 188,31
	Total Submódulo 2.1	19,440%	R\$ 329,49
C	Incidência do Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e outras contribuições	7,154%	R\$ 121,25
	Total Submódulo 2.1	26,594%	R\$ 450,75
2.2	Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,000%	R\$ 338,98
B	Salário Educação	2,500%	R\$ 42,37
C	SAT - GIL/RAT	3,000%	R\$ 50,85
D	SESC ou SESI	1,500%	R\$ 25,42
E	SENAI - SENAC	1,000%	R\$ 16,95
F	SEBRAE	0,600%	R\$ 10,17
G	INCRA	0,200%	R\$ 3,39
H	FGTS	8,000%	R\$ 135,59
	Total Submódulo 2.2	36,800%	R\$ 623,73
2.3	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários	Dados	Valor (R\$)
A	Transporte (22 x 2 x R\$ 4,60 - 6% do Salário Base) x (Quant. Funcionários)	R\$ 4,60	R\$ 100,70
B	Auxílio alimentação (22 x R\$ 28,00 - 10% do Total dos Vales) x (Quant. Funcionários)	R\$ 28,00	R\$ 554,40
C	Seguro de Vida com Assistência Funeral e Familiar (Cota Empresa)	R\$ 6,00	R\$ 6,00
D	Auxilio Plano de Assistência e Cuidado Pessoal (PACP)	R\$ 19,90	R\$ 0,06
J	Outros (Especificar)	R\$ -	R\$ -
	Total Submódulo 2.3		R\$ 661,16
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		R\$ 450,75
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		R\$ 623,73
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ 661,16
TOTAL MÓDULO 2			R\$ 1.735,64
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,404%	R\$ 6,85
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,032%	R\$ 0,55
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,162%	R\$ 2,74
D	Aviso Prévio Trabalhado (7/30)/60*100%)	0,389%	R\$ 6,59
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Pévio Trabalhado	0,143%	R\$ 2,43
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,200%	R\$ 54,24
TOTAL MÓDULO 3			4,330% R\$ 73,40



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Coordenadoria de Convênios e Contratos

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4.1	Submódulo 4.1 - Ausências Legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,926%	R\$ 32,44
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,278%	R\$ 9,73
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,694%	R\$ 24,33
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	2,083%	R\$ 73,00
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	1,852%	R\$ 64,89
F	Substituto na cobertura de Ausências por Doença	3,333%	R\$ 116,80
	Total Submódulo 4.1	9,167%	R\$ 321,20

4.2	Submódulo 4.2 - Intervalo para repouso/alimentação	Valor (R\$)
A	Intrajornada (usufruído pelo empregado)	R\$ -
	Total Submódulo 4.2	R\$ -

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.1	Ausências Legais	R\$ 321,20
4.2	Intrajornada	R\$ -
	TOTAL MÓDULO 4	R\$ 321,20

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Dados	Valor (R\$)
A	Uniformes e Calçados - Semestral (Valor do Uniforme x Quant. Funcionários)	R\$ 130,00	R\$ 130,00
B	EPIs (Luvas, Óculos, Protetor, etc...) - Mensal (Valor do Material x Quant. Funcionários) - EPI's e EPC's : Item 5.2 do TR	R\$ 180,00	R\$ 180,00
C	Ferramentas Manuais (Enxadas, Pás) - Depreciação	R\$ 1.310,00	R\$ 1.310,00
D	Outros Insumos - Consumo	R\$ 1.300,00	R\$ 1.300,00
E	Outros	R\$ -	R\$ -
	TOTAL MÓDULO 5		R\$ 2.920,00

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	20,55%	R\$ 1.385,83
B	Lucro	12,00%	R\$ 975,72
		CÁLCULO POR DENTRO	
C	Tributos	8,650%	91,350%
c.1	Tributos Federais		
c.1.1	PIS	0,650%	R\$ 64,80
c.1.2	COFINS	3,000%	R\$ 299,07
c.2	Tributos Estaduais		
c.3	Tributos Municipais		
c.3.1	ISSQN	5,00%	R\$ 498,45
	TOTAL MÓDULO 6		R\$ 3.223,86

QUADRO-RESUMO DO CUSTO ESTIMADO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1.694,92
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.735,64
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 73,40
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 321,20
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 2.920,00
	Subtotal (A + B + C + D + E)	R\$ 6.745,15
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 3.223,86
	Valor Total por Empregado	R\$ 9.969,01

QUADRO-RESUMO DO VALOR ESTIMADO MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço (A)	Valor Proposto p/Empregado (B)	Qde. Empreg p/Posto (C)	Valor Proposto do Posto (D) = (B) x (C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D) x (E)
I AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (44H)	R\$ 9.969,01	1	R\$ 9.969,01	2	R\$ 19.938,02



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Coordenadoria de Convênios e Contratos

JARDINEIRO (44H) - MARABÁ				
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS				
A	Data de apresentação (dia/mês/ano)			
B	Município/UF	Todas as regiões demandadas		
C	Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2027	SEAC/PA X SINELPA 2026/2027 - PA000112/2026 e PA000124/2026 (T.A.)		
D	Número de Meses da Execução Contratual	12 (Doze) Meses		
Tipo de Serviço		Unidade de Medida	Quantidade total a Contratar (em função de unidade de medida)	
Jardineiro		Posto de serviço	1	
MÓDULO DE MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL UNIDADE DE MEDIDA – TIPOS E QUANTIDADES				
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Jardineiro	
2	Salário Normativo da Categoria Profissional - CCT - PA000112/2026 e PA000124/2026		R\$ 2.033,28	
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		JARDINEIRO (44H) - MARABÁ	
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)		01/jan/26	
MÓDULO 1				
1	Composição da Remuneração	Dados	Quantidade	Valor (R\$)
1.A	Salário base	R\$ 2.033,28	1	R\$ 2.033,28
1.B	Adicional de Periculosidade	R\$ -	0,00%	R\$ -
1.C	Adicional de Insalubridade	R\$ -	0,00%	R\$ -
1.D	Outros (especificar)	R\$ -	0,00%	R\$ -
TOTAL MÓDULO 1				R\$ 2.033,28
MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				
2.1	Submódulo 2.1 - 13ª (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		%	Valor (R\$)
A	13ª (décimo terceiro) Salário		8,330%	R\$ 169,37
B	Férias e Adicional de Férias		11,110%	R\$ 225,90
	Total Submódulo 2.1		19,440%	R\$ 395,27
C	Incidência do Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e outras contribuições		7,154%	R\$ 145,46
	Total Submódulo 2.1		26,594%	R\$ 540,73
2.2	Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e outras contribuições		%	Valor (R\$)
A	INSS		20,000%	R\$ 406,66
B	Salário Educação		2,500%	R\$ 50,83
C	SAT - GIL/RAT		3,000%	R\$ 61,00
D	SESC ou SESI		1,500%	R\$ 30,50
E	SENAI - SENAC		1,000%	R\$ 20,33
F	SEBRAE		0,600%	R\$ 12,20
G	INCRA		0,200%	R\$ 4,07
H	FGTS		8,000%	R\$ 162,66
	Total Submódulo 2.2		36,800%	R\$ 748,25
2.3	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Dados	Valor (R\$)
A	Transporte (22 x 2 x R\$ 4,60 - 6% do Salário Base) x (Quant. Funcionários)		R\$ 4,60	R\$ 80,40
B	Auxílio alimentação (22 x R\$ 28,00 - 10% do Total dos Vales) x (Quant. Funcionários)		R\$ 28,00	R\$ 554,40
C	Seguro de Vida com Assistência Funeral e Familiar (Cota Empresa)		R\$ 6,00	R\$ 6,00
D	Auxilio Plano de Assistência e Cuidado Pessoal (PACP)		R\$ 19,90	R\$ 0,06
J	Outros (Especificar)		R\$ -	R\$ -
	Total Submódulo 2.3			R\$ 640,86
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários				
2.1	13ª (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			R\$ 540,73
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições			R\$ 748,25
2.3	Benefícios Mensais e Diários			R\$ 640,86
TOTAL MÓDULO 2				R\$ 1.929,84
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO				
3	Provisão para Rescisão		%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		0,611%	R\$ 12,42
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		0,049%	R\$ 0,99
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		0,244%	R\$ 4,97
D	Aviso Prévio Trabalhado (7/30)/60*100%)		0,389%	R\$ 7,91
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Pévio Trabalhado		0,143%	R\$ 2,91
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado		3,200%	R\$ 65,06
TOTAL MÓDULO 3			4,636%	R\$ 94,27



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Coordenadoria de Convênios e Contratos

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4.1	Submódulo 4.1 - Ausências Legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,926%	R\$ 37,57
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,278%	R\$ 11,27
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	1,250%	R\$ 50,72
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	4,167%	R\$ 169,06
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	2,593%	R\$ 105,19
F	Substituto na cobertura de Ausências por Doença	3,333%	R\$ 135,25
	Total Submódulo 4.1	12,546%	R\$ 509,05
4.2	Submódulo 4.2 - Intervalo para repouso/alimentação		Valor (R\$)
A	Intrajornada (<i>usufruído pelo empregado</i>)		R\$ -
	Total Submódulo 4.2		R\$ -

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.1	Ausências Legais	R\$ 509,05
4.2	Intrajornada	R\$ -
	TOTAL MÓDULO 4	R\$ 509,05

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Dados	Valor (R\$)
A	Uniformes e Calçados - Semestral (Valor do Uniforme x Quant. Funcionários)	R\$ 185,00	R\$ 185,00
B	EPIs (Luvas, Óculos, Protetor, etc...) - Mensal (Valor do Material x Quant. Funcionários) - EPI's e EPCs : Item 5.2 do TR	R\$ 200,00	R\$ 200,00
C	Maquinário (Roçadeiras, Podadores, etc...) - Depreciação	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
D	Materiais (Nylon, Adubo, etc...) - Consumo	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
E	Outros	R\$ -	R\$ -
	TOTAL MÓDULO 5		R\$ 3.885,00

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	20,55%	R\$ 1.736,39
B	Lucro	12,00%	R\$ 1.222,54
		CÁLCULO POR DENTRO	
C	Tributos	8,650%	91,350%
c.1	Tributos Federais		
c.1.1	PIS	0,650%	R\$ 81,19
c.1.2	COFINS	3,000%	R\$ 374,72
c.2	Tributos Estaduais		
c.3	Tributos Municipais		
c.3.1	ISSQN	5,00%	R\$ 624,54
	TOTAL MÓDULO 6		R\$ 4.039,39

QUADRO-RESUMO DO CUSTO ESTIMADO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 2.033,28
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.929,84
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 94,27
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 509,05
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 3.885,00
	Subtotal (A + B + C + D + E)	R\$ 8.451,44
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 4.039,39
	Valor Total por Empregado	R\$ 12.490,83

QUADRO-RESUMO DO VALOR ESTIMADO MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço (A)	Valor Proposto p/Empregado (B)	Qde. Empreg p/Posto (C)	Valor Proposto do Posto (D) = (B) x (C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D) x (E)
I JARDINEIRO (44H) - MARABÁ	R\$ 12.490,83	1	R\$ 12.490,83	1	R\$ 12.490,83



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Coordenadoria de Convênios e Contratos

Anexo 03 - Estimativa de percentuais a serem praticados para a retenção das verbas trabalhistas – Item 13.2.3 do TR (Resolução 651/2025 do CNJ).

CONTA VINCULADA	PERCENTUAL *
Férias e Abono de Férias	11,11%
13º Salário	8,33%
Multa do FGTS	3,20%
Impacto S/ Férias e 13º Sal.	6,95%
TOTAL	29,59%

** Percentual deve ser substituído pelos existentes na Planilha de custos da Licitante vencedora*

Anexo 04 – Esclarecimentos técnicos considerados na elaboração das planilhas de custos e formação de preços.

- 1)** Deverá ser apresentado, juntamente com a proposta, o FAPWeb, documento a ser obtido junto ao sítio eletrônico da Previdência Social, com a finalidade de comprovar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) considerado na Planilha de Custos e Formação de Preços, especificamente no item 2.2 "C" – SAT/GILRAT;
- 2)** A proposta deverá ser apresentada em conformidade com o regime tributário da licitante. As empresas submetidas ao regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS, ainda que de forma parcial, deverão apresentar memória de cálculo demonstrando a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, apurada com base nas informações constantes da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições (EFD-Contribuições), devendo os respectivos registros ser encaminhados juntamente com a proposta e as Planilhas de Custos e Formação de Preços.
- 3)** Quanto ao **Capital Circulante Líquido – CCL**, mantém-se o percentual de 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) sobre o valor estimado da contratação, devendo, para tanto, ser considerado o valor correspondente a 12 (doze) meses, de forma individualizada por lote, nos seguintes termos:

Lote 1 – Belém e RMB: considerando o valor estimado para 24 meses de R\$ 2.024.686,08 (dois milhões, vinte e quatro mil, seiscentos e oitenta e seis



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Coordenadoria de Convênios e Contratos

reais e oito centavos), obtém-se o valor para 12 meses de R\$ 1.012.343,04 (um milhão, doze mil, trezentos e quarenta e três reais e quatro centavos), correspondendo o CCL ao montante de R\$ 168.656,35 (cento e sessenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e trinta e cinco centavos).

Lote 2 – Marabá: considerando o valor estimado para 24 meses de R\$ 311.114,17 (trezentos e onze mil, cento e quatorze reais e dezessete centavos), obtém-se o valor para 12 meses de R\$ 155.557,09 (cento e cinquenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e nove centavos), correspondendo o CCL ao montante de R\$ 25.915,81 (vinte e cinco mil, novecentos e quinze reais e oitenta e um centavos).

- 4)** Em relação à comprovação de **Patrimônio Líquido – PL**, no percentual de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, deve-se considerar o valor correspondente a 12 (doze) meses, de forma individualizada por lote, nos seguintes termos:

Lote 1 – Belém e RMB: considerando o valor estimado para 24 meses de R\$ 2.024.686,08 (dois milhões, vinte e quatro mil, seiscentos e oitenta e seis reais e oito centavos), obtém-se o valor para 12 meses de R\$ 1.012.343,04 (um milhão, doze mil, trezentos e quarenta e três reais e quatro centavos), correspondendo o PL ao montante de R\$ 101.234,30 (cento e um mil, duzentos e trinta e quatro reais e trinta centavos).

Lote 2 – Marabá: considerando o valor estimado para 24 meses de R\$ 311.114,17 (trezentos e onze mil, cento e quatorze reais e dezessete centavos), obtém-se o valor para 12 meses de R\$ 155.557,09 (cento e cinquenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e nove centavos), correspondendo o PL ao montante de R\$ 15.555,71 (quinze mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e setenta e um centavos)

- 5)** Para elaboração das planilhas de custos e formação de preços – ilustrativas, buscou-se a Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre o SEAC e o SINELPA (CCT 2026/2027), registrada sob o nº PA000112/2026, em 10/03/2026, bem como seu Termo Aditivo nº PA000124/2026, registrado em 13/03/2026, ambos com vigência no período de 1º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2027 e data-base da categoria fixada em 1º de janeiro. Porém, a licitante deverá indicar a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Coordenadoria de Convênios e Contratos

Convenção Coletiva utilizada para confecção de sua Planilha, observada a área de abrangência da referida Convenção.

- 6)** O valor do Vale Transporte (tarifa de ônibus urbano) deverá ser considerado o praticado nas cidades de Belém/PA e Marabá/PA, conforme item 5.9 do Termo de Referência.
- 7)** Os custos relativos à capacitação técnica (Item 5.1 – Qualificação Técnica) devem ser considerados como despesas administrativas da contratada, não sendo passíveis de repasse direto à Administração, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 825/2010 – Plenário.
- 8)** A Convenção Coletiva paradigma, referente ao período 2026/2027, encontra-se atualizada, devendo a licitante indicar expressamente a Convenção Coletiva adotada para a elaboração de sua Planilha de Custos, observando, obrigatoriamente, a área de abrangência da respectiva norma coletiva.
- 9)** Para a adequada estimativa dos custos relativos a materiais, equipamentos e insumos, a licitante deverá analisar integralmente o Termo de Referência, observando as especificações técnicas, quantitativos, condições de execução e demais exigências estabelecidas, de modo a assegurar a correta e completa composição de sua proposta.
 - 9.1)** Para tanto, deverá apresentar, em planilha anexa à Planilha de Custos e à Proposta, a discriminação detalhada de todos os materiais, equipamentos e insumos, com a indicação dos respectivos custos unitários e mensais.